

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações
CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1
Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

PROPOSTA DA ADMINISTRAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA 2024

Senhores Acionistas,

A Administração da Telecomunicações Brasileiras S.A. – TELEBRAS vem apresentar aos seus acionistas sua proposta sobre as matérias constantes da ordem do dia da Assembleia Geral Ordinária, a ser realizada no dia 23 de abril de 2024, às 15h.

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2023.

A Administração da TELEBRAS propõe que os Acionistas analisem e aprovem as contas dos administradores e as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2023, bem como, após a devida análise, aprovem as matérias contidas nos documentos aprovados pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2024. Os referidos documentos, juntamente com o parecer dos auditores independentes, as Demonstrações Financeiras Padronizadas (“DFP”) e os Comentários dos Diretores sobre a situação financeira da Telebras, encontram-se disponíveis no site da Telebras, em <http://www.telebras.com.br/investidores/>.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado:

A Administração da Telebras propõe que seja aprovada a destinação para o resultado do exercício encerrado em 31.12.2023, nos termos abaixo detalhados nesta proposta.

3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

A Administração da Telebras aprovou e submete à deliberação dos acionistas a fixação da remuneração total global dos administradores da Telebras para o período de abril de 2024 a março de 2025, fixado em R\$ 5.125.670,15 (cinco milhões, cento e vinte mil, seiscentos e setenta reais e quinze centavos), com reajuste das rubricas.

4. Eleição de membros do Conselho de Administração:

Eleição dos membros do Conselho de Administração, para mandato até a Assembleia Geral Ordinária 2026.

Brasília-DF, 15 de março de 2024

MAXIMILIANO SALVADORI MARTINHÃO

Presidente do Conselho de Administração da Telebras
Representante do Ministério das Comunicações - MCom

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

1. Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, acompanhados do parecer do Conselho Fiscal e do Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis, referentes ao exercício social de 2023:

O Relatório da Administração, as Demonstrações Contábeis e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício de 2023, encontram-se disponíveis na Assessoria de Relações com Investidores situada no SIG Quadra 4, Bloco A salas 211 a 224, Ed. Capital Financial Center – Brasília, Distrito Federal, CEP: 70610-440, Os citados documentos também se encontram disponíveis nos sites: <https://www.telebras.com.br> e <https://sistemas.cvm.gov.br/>

Anexo a esta Proposta, está o comentário dos administradores sobre a situação financeira da companhia, nos termos do item 2 do formulário de referência, em atendimento ao art. 10, inciso III da Instrução CVM nº 81/22.

As Demonstrações Financeiras completas podem ser obtidas no site <http://www.telebras.com.br/investidores/>.

2. Proposta da Administração para destinação do resultado

A Administração da Companhia propõe à Assembleia que a destinação do prejuízo líquido do exercício de 2023, no valor de R\$ 127.712.433,13 (cento e vinte e sete milhões, setecentos e doze mil, quatrocentos e trinta e três reais e treze centavos) seja registrada na conta de Prejuízos Acumulados, para futura absorção de lucros e/ou diminuição do capital social.

Nos termos do Ofício Circular/Anual-2024-CVM/SEP, o Anexo A da Resolução CVM nº 81/2022 não está sendo apresentado em função da apuração de prejuízo no exercício.

3. Fixação da remuneração dos membros da Diretoria, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal e do Comitê de Auditoria Estatutário:

A Proposta de Remuneração global anual fixa e variável dos administradores, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria para o período compreendido entre a data da Assembleia Geral Ordinária 2024 e a data da Assembleia Geral Ordinária a ser realizada no ano de 2025 é de R\$ 5.125.670,15 (cinco milhões, cento e vinte mil, seiscentos e setenta reais e quinze centavos).

Nos termos do inciso II do artigo 13 da Resolução CVM nº 81/2022, as informações constantes do item 8 do Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022, serão apresentadas a seguir:

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES - ITEM 8 DO ANEXO C DA RESOLUÇÃO CVM Nº 80/2022

A Companhia possui um Conselho de Administração composto de 8 (oito) membros, uma Diretoria-Executiva, composta do Diretor-Presidente e de 4 (quatro) Diretores. Possui também um Conselho Fiscal, de caráter permanente, composto de 5 (cinco) membros efetivos e 5 (cinco) suplentes.

Ademais, a Telebras possui Comitê de Auditoria Estatutário composto por 3 (três) membros, sendo dois deles independentes e o terceiro membro pertencente ao Conselho de Administração e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração composto por 3 (três) membros não remunerados.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

8. Remuneração dos administradores

8.1. Descrever a política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

Em cumprimento ao disposto na alínea “i”, do inciso VI, do art. 98, do Decreto nº 11.036 de 07 de abril de 2022, a política e prática de remuneração do Conselho de Administração, dos Dirigentes e do Conselho Fiscal da TELEBRAS é definida pelo Ministério Gestão e Inovação em Serviços Públicos, por meio da Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais – SEST.

- a. objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A prática de remuneração está de acordo com o determinado pela legislação acima mencionada. A Telebras elabora proposta que é remetida ao Ministério Supervisor para apreciação e encaminhamento à SEST, com o objetivo de subsidiar a decisão do acionista majoritário por ocasião da realização da Assembleia Geral de Acionistas. A proposta de remuneração para o exercício financeiro 2023/2024 foi aprovada na 51ª Assembleia Geral Ordinária de 20 de abril de 2023. Não há na Companhia política de remuneração formalmente aprovada.

- b. práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

- i. os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam

Comitê de Auditoria Estatutário e Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Remuneração e Sucessão.

- ii. critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos

A remuneração é proposta com base nas orientações da Secretaria de Coordenação e Governança das Estatais - SEST/ME e quando possível, a companhia foca na reposição da

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

perda pela inflação do período. O rol de rubricas que compõem a remuneração é definido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais-SEST.

- iii. com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor

O Conselho de Administração avalia anualmente.

c. composição da remuneração, indicando:

- i. descrição dos diversos elementos que compõem a remuneração, incluindo, em relação a cada um deles:
- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor
 - sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais
 - sua metodologia de cálculo e de reajuste
 - principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ASG
- **Honorários:** retribuição mensal;
 - **Gratificação Natalina:** honorário concedido 1 (uma) vez ao ano aos dirigentes;
 - **Adicional de Férias:** parcela correspondente a 1/3 (um terço) do honorário a ser concedido aos dirigentes por ocasião de férias ou no mês de março, ainda que o dirigente não usufrua do benefício no período aquisitivo, evitando a manutenção de saldo para o exercício seguinte;
 - **Remuneração Compensatória (Quarentena):** valor correspondente a 6 (seis) retribuições mensais de honorário de dirigente, conforme previsto no inciso II, art. 6º da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013.
 - **Ajuda de Custo:** é a importância para indenizar despesas de viagem, mudança e outros gastos não previstos nos itens 5.3 e 5.3.1 da Diretriz nº 243, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem.
 - **Despesas de Transportes:** são aquelas relativas ao fornecimento de passagens aéreas, rodoviárias ou ferroviárias, bem como fretes e carretos para remoção de bagagens, móveis e utensílios e até 2 (dois) veículos, por ocasião do deslocamento para a localidade onde prestará serviços e quando do retorno à localidade de origem, abrangendo as pessoas da família;
 - **Auxílio Alimentação:** parcela indenizatória e de natureza não salarial, o vale-alimentação/refeição é utilizado para ressarcimento de despesas com aquisição de refeições e alimentos;
 - **Auxílio Moradia:** parcela indenizatória;
 - **Seguro de Vida em Grupo:** parcela destinada a reembolso parcial ou total do valor do

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

prêmio de seguro de vida;

- **Plano de Saúde:** parcela destinada a reembolso parcial ou total de despesas para o tratamento de saúde;
- **Previdência Complementar:** parcela fixa mensal destinada a reembolso parcial ou total, de contribuição de Dirigente a plano de previdência privada;

A proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais é apresentada na tabela a seguir:

ELEMENTO DA REMUNERAÇÃO	2023	2022	2021
	%	%	%
Honorários	67,33%	68,88%	67,41%
Gratificação Natalina	3,22%	6,18%	4,24%
Adicional de Férias	5,78%	3,00%	5,95%
Remuneração Compensatória (Quarentena)	0,00%	0,00%	0,00%
Indenização de Transferência	2,49%	0,00%	0,00%
Auxílio Alimentação	1,52%	1,50%	1,67%
Auxílio Moradia	0,62%	0,97%	1,19%
Seguro de Vida em Grupo	0,00%	0,00%	0,00%
Plano de Saúde	0,65%	0,57%	0,24%
Previdência Privada	1,39%	0,93%	0,89%
Honorários do Conselho de Administração	8,51%	8,20%	9,08%
Previdência Privada	0,06%	0,13%	0,16%
Honorários do Conselho Fiscal	8,44%	9,65%	9,18%

Não há indicadores de desempenho e indicadores ligados a questões ASG.

ii. razões que justificam a composição da remuneração

A remuneração dos Dirigentes e Conselheiros se alinha aos interesses da TELEBRAS na medida em que preserva lógica hierárquica na empresa e contribui para a atuação de Dirigentes e Conselheiros livre de conflito de interesses.

iii. a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não se aplica.

d. existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

Não se aplica.

- e. existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não se aplica.

8.2. Em relação à remuneração reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. remuneração segregada em:
 - i. remuneração fixa anual, segregada em:
 - salário ou pró-labore
 - benefícios diretos e indiretos
 - remuneração por participação em comitês
 - outros
 - ii. remuneração variável, segregada em:
 - bônus
 - participação nos resultados
 - remuneração por participação em reuniões
 - comissões
 - outros
 - iii. benefícios pós-emprego
 - iv. benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo
 - v. remuneração baseada em ações, incluindo opções
- e. valor, por órgão, da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal
- f. total da remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	275.624,36	2.181.529,70	273.339,94	2.730.494,00
Benefícios direto e indireto	2.068,84	507.489,29		509.558,13

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

Participações em comitês				-
Outros			-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		-		-
Participação de resultados		-		-
Participação em reuniões		-		-
Comissões		-		-
Outros		-		-
Descrição de outras remunerações variáveis		-		-
Pós-emprego		-		-
Cessação do cargo		-		-
Baseada em ações (incluindo opções)		-		-
Observação		-		-
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	-			-
Benefícios direto e indireto	-			-
Participações em comitês	-			-
Outros	-			-
Descrição de outras remunerações fixas	-			-
TOTAL	277.693,20	2.689.018,99	273.339,94	3.240.052,13

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	18,00
Nº de membros remunerados	7,00	5,00	5,00	17,00
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	229.337,14	1.926.246,75	269.792,71	2.557.721,26
Benefícios direto e indireto	3.697,78	367.445,30		371.143,08
Participações em comitês				-
Outros			-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		-		-
Participação de resultados		-		-

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

Participação em reuniões		-		-
Comissões		-		-
Outros		-		-
Descrição de outras remunerações variáveis		-		-
Pós-emprego		-		-
Cessação do cargo		-		-
Baseada em ações (incluindo opções)		-		-
Observação		-		-
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	16,00
Nº de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	-			-
Benefícios direto e indireto	-			-
Participações em comitês	-			-
Outros	-			-
Descrição de outras remunerações fixas	-			-
TOTAL	233.034,92	2.293.692,05	269.792,71	2.928.864,34

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2021 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	8	5	5	18
Nº de membros remunerados	6	5	5	16
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	241.334,38	2.062.281,90	243.910,47	2.695.441,37
Benefícios direto e indireto	4.281,64	105.750,24	1.362,34	113.145,80
Participações em comitês				-
Outros			-	-
Descrição de outras remunerações fixas				-
Remuneração variável				-
Bônus		-		-
Participação de resultados		-		-
Participação em reuniões		-		-
Comissões		-		-
Outros		-		-
Descrição de outras remunerações variáveis		-		-
Pós-emprego		-		-
Cessação do cargo		-		-
Baseada em ações (incluindo opções)		-		-

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

Observação		-		-
Nº total de membros	8,00	5,00	5,00	24,00
Nº de membros remunerados	-	-	-	-
Remuneração fixa anual				-
Salário ou pró-labore	-			-
Benefícios direto e indireto	-			-
Participações em comitês	-			-
Outros	-			-
Descrição de outras remunerações fixas	-			-
TOTAL	245.616,02	2.168.032,14	245.272,81	2.808.587,17

8.3. Em relação à remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- Órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- em relação ao bônus:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - valor máximo previsto no plano de remuneração
 - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais
- em relação à participação no resultado:
 - valor mínimo previsto no plano de remuneração
 - valor máximo previsto no plano de remuneração
 - valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas
 - valor efetivamente reconhecido no resultado dos 3 últimos exercícios sociais

A Companhia não adotou para o exercício de 2023 a remuneração variável para membros do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal.

8.4. Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

- termos e condições gerais
- data de aprovação e órgão responsável
- número máximo de ações abrangidas
- número máximo de opções a serem outorgadas
- condições de aquisição de ações
- critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício
- critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício
- forma de liquidação
- restrições à transferência das ações

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

- j. critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano
- k. efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Não se aplica.

8.5. Em relação à remuneração baseada em ações sob a forma de opções de compra de ações reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. preço médio ponderado de exercício de cada um dos seguintes grupos de opções:
 - i. em aberto no início do exercício social
 - ii. perdidas e expiradas durante o exercício social
 - iii. exercidas durante o exercício social
- e. diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto

Não se aplica.

8.6. Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de opções outorgadas
- f. prazo para que as opções se tornem exercíveis
- g. prazo máximo para exercício das opções
- h. prazo de restrição à transferência das ações recebidas em decorrência do exercício das opções
- i. valor justo das opções na data da outorga
- j. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das opções na data da outorga

Não se aplica.

8.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

- d. em relação às opções ainda não exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. data em que se tornarão exercíveis
 - iii. prazo máximo para exercício das opções
 - iv. prazo de restrição à transferência das ações
 - v. preço médio ponderado de exercício
 - vi. vi. valor justo das opções no último dia do exercício social
- e. em relação às opções exercíveis
 - i. quantidade
 - ii. prazo máximo para exercício das opções
 - iii. prazo de restrição à transferência das ações
 - iv. preço médio ponderado de exercício
 - v. valor justo das opções no último dia do exercício social
- f. valor justo do total das opções no último dia do exercício social

Não se aplica.

8.8. Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de exercício
- f. preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas
- g. multiplicação do total das opções exercidas pela diferença entre o preço médio ponderado de exercício e o preço médio ponderado de mercado das ações relativas às opções exercidas

Não se aplica.

8.9. Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. diluição potencial em caso de outorga de todas as ações aos beneficiários

Não se aplica.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

8.10. Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. data de outorga
- e. quantidade de ações outorgadas
- f. prazo máximo para entrega das ações
- g. prazo de restrição à transferência das ações
- h. valor justo das ações na data da outorga
- i. multiplicação da quantidade de ações outorgadas pelo valor justo das ações na data da outorga

Não se aplica.

8.11. Em relação às ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

- a. Órgão
- b. número total de membros
- c. número de membros remunerados
- d. número de ações
- e. preço médio ponderado de aquisição
- f. preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas
- g. multiplicação do total das ações adquiridas pela diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas

Não se aplica.

8.12. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.11, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando, no mínimo:

- a. modelo de precificação
- b. dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco
- c. método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado
- d. forma de determinação da volatilidade esperada
- e. se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não se aplica.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

8.13. Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Ativo	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Ações Ordinárias TELB3	0	0	0
Ações Preferenciais TELB4	8.970	0	0

8.14. Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

- Órgão
- número total de membros
- número de membros remunerados
- nome do plano
- quantidade de administradores que reúnem as condições para se aposentar
- condições para se aposentar antecipadamente
- valor atualizado das contribuições acumuladas no plano de previdência até o encerramento do último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- valor total acumulado das contribuições realizadas durante o último exercício social, descontada a parcela relativa a contribuições feitas diretamente pelos administradores
- se há a possibilidade de resgate antecipado e quais as condições

Não há plano de previdência para Diretores e membros do Conselho de Administração. A Telebras reembolsa mensalmente, mediante apresentação de comprovante de pagamento, no valor de plano de previdência contratada pelo interessado, até o limite aprovado em Assembleia Geral Ordinária (AGO).

8.15. Em forma de tabela, indicar, para os 3 últimos exercícios sociais, em relação ao conselho de administração, à diretoria estatutária e ao conselho fiscal:

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5	5	5	8	8	8
Nº de membros remunerados	5	5	5	6	6	6
Valor da maior remuneração (Reais)	651.223,63	607.836,37	583.568,54	51.931,60	48.266,84	49.045,32

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

Valor da menor remuneração (Reais)	347.556,80	178.267,59	129.598,32	26.632,68	42.166,54	23.354,94
Valor médio da remuneração (Reais)	537.803,80	441.755,30	433.606,43	34.753,65	46.281,27	44.452,22

	Conselho Fiscal			Comitê de Auditoria		
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Nº de membros	5	5	5	3	3	3
Nº de membros remunerados	5	5	5	3	3	3
Valor da maior remuneração (Reais)	49.862,76	48.072,22	48.072,22	49.862,76	49.045,32	48.461,46
Valor da menor remuneração (Reais)	30.770,12	38.924,90	31.139,92	49.773,78	38.924,90	46.709,98
Valor médio da remuneração (Reais)	29.915,66	44.945,40	47.644,08	49.833,10	26.936,02	47.293,74

8.16. Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor

Não há.

8.17. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto.

	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO				CONSELHO FISCAL				DIRETORIA			
	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024	2021	2022	2023	2024
Vinculados à Administração Pública	41%	46%	49%	62%	44%	43%	45%	55%	0%	0%	0%	20%
Não Vinculado	59%	54%	51%	38%	56%	57%	55%	45%	100%	100%	100%	80%

8.18. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados.

Não há.

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

8.19. Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que títulos tais valores foram atribuídos a tais indivíduos.

Não há.

8.20. Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há.

4. Eleição de membros do Conselho de Administração

Candidatos ao Conselho de Administração

INFORMAÇÕES SOBRE OS MEMBROS INDICADOS PARA O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Itens 7.3 a 7.6 Anexo C da Resolução CVM nº 80/2022

12.5 – Indicar em forma de tabela:	
a. nome	LAURO ARCÂNGELO ZANOL
b. data de nascimento	02/05/1954
c. profissão	Advogado
d. CPF ou número do passaporte	198.625.390-20
e. cargo eletivo ocupado	Conselho de Administração – Representante dos Minoritários Ordinaristas
f. data de eleição	23/04/2024
g. data da posse	
h. prazo do mandato	Até Assembleia Geral Ordinária de 2024
i. outros cargos ou funções exercidos no emissor	Membro do Comitê de pessoas, elegibilidade, sucessão e remuneração
j. se foi eleito pelo controlador ou não	Não
k. se é membro independente e, caso positivo, qual foi o critério utilizado pelo emissor para determinar a independência	Não
l. número de mandatos consecutivos	3
m. informações sobre:	
i. principais experiências profissionais durante os últimos 5 anos, indicando: nome e setor de atividade da empresa; cargo; se a empresa integra (i) o grupo econômico do emissor ou (ii) é controlada por acionista do emissor que detenha participação, direta ou indireta, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valor mobiliário do emissor:	
Resposta:	

Onde tem Brasil, tem Telebras.

TELECOMUNICAÇÕES BRASILEIRAS S.A

Vinculada ao Ministério das Comunicações

CNPJ nº 00.336.701/0001-04 – NIRE nº 5330000223/1

Diretoria Administrativo-Financeira e Relações com Investidores

ii. indicação de todos os cargos de administração que ocupe em outras sociedades ou organizações do terceiro setor
Resposta: Formação Acadêmica em Ciências Jurídicas e Sociais – UFRGS Graduação em dezembro de 1985 Experiência Profissional 1975-2007 – BANCO DO BRASIL S.A. 1986 em diante - Advogado/Assessor Jurídico (OAB/RS sob nº 22.462) 1995-1997 – Administrador de Empresa na Itália 2004 em diante – Editoria e Direção de websites. Qualificações e Atividades complementares Italiano (nível avançado). Inglês (nível médio). Espanhol (nível básico). Cursos: Contabilidade, Análise de Balanços, Análise de Projetos, Investimentos, Câmbio e Comércio Exterior. Cargos exercidos na Superintendência Estadual do Banco do Brasil no Rio Grande do Sul: Analista, Assessor, Coordenador de Equipe, Chefe de Setor, Gerente de Câmbio e Comércio Exterior. Informações Adicionais 1976 - Formação Militar – 2º Tenente da Reserva do Exército Brasileiro 1995-1997 – Administrador legalmente constituído da empresa La Pagoda Srl., na cidade de Florença / Itália. 2002-2006 – Conselheiro Fiscal da CCIRS – Câmara de Comércio Italiana para o Rio Grande do Sul. 2004-2010 – Editor para o Brasil do site www.acmilan.com 2005 em diante – Diretor para o Brasil do site www.goal.com
n. descrição de qualquer dos seguintes eventos que tenham ocorrido durante os últimos 5 anos:
i. qualquer condenação criminal
ii. qualquer condenação em processo administrativo da CVM e as penas aplicadas
iii. qualquer condenação transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer
Resposta: Conforme orientação Ofício Circular/Anual-2022- CVM/SEP, a Companhia informa que o candidato foi avaliado pelo seu Comitê de Pessoas, Elegibilidade, Sucessão e Remuneração da Companhia durante sua 136ª reunião de 05 de março de 2024.

Onde tem Brasil, tem Telebras.



ANEXO I

Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras
Comentários de Desempenho
4º Trimestre de 2023

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Informação Pública - A Telecomunicações Brasileiras S.A. - Telebras (B3: TELB3 e TELB4) divulga nesse documento os comentários de desempenho dos resultados do quarto trimestre do exercício de 2023 (4T23), bem como os resultados dos doze meses de 2023 (2023). As informações operacionais, econômicas e financeiras da Companhia, exceto quando indicado de outra forma, são apresentadas com base em números não consolidados e em Reais, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), de acordo com os IFRS, bem como estão alinhados com o IAS – “*International Accounting Standards*” nº 34 e com o pronunciamento técnico emitido pelo CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis nº 21 (R1), que tratam das informações contábeis intermediárias. As comparações realizadas neste comunicado levam em consideração o quarto trimestre de 2022 (4T22) e o terceiro trimestre de 2023 (3T23) e também os doze meses de 2022 (2022), exceto quando especificado em contrário. As informações relativas ao exercício de 2022 estão reapresentadas devido à alteração da política contábil para o reconhecimento dos recursos orçamentários recebidos para aplicação no ativo imobilizado.

RECLASSIFICAÇÃO DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS RECEBIDOS PARA INVESTIMENTO (APLICAÇÃO NO ATIVO IMOBILIZADO) E REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS DE 2020, 2021 E 2022.

Em fato relevante divulgado em 18 de dezembro de 2019 (Aprovação do Projeto de Lei do Orçamento anual 2020 pelo Congresso Nacional), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebras” ou “Companhia”) (B3: TELB3 & TELB4) informou ao mercado que passaria à condição de empresa estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Em 2020, em observância à Lei Orçamentária Anual, às Leis números 4.320/64, 6.404/76, 13.303/16, a companhia informou ao Acionista Controlador, sem que houvesse contraposição, que, na condição de empresa estatal dependente, contabilizaria os recursos orçamentários recebidos como Outras Receitas Operacionais, nos termos da Norma nº 07 do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC 07).

Assim, em novo Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2020, a Telebras comunicou ao mercado que os recursos recebidos na forma de subvenções orçamentárias seriam reconhecidos de acordo com a norma contábil CPC 07, ou sejam, no resultado da Companhia, como Outras Receitas Operacionais.

Todavia, no ano de 2023, a União, na qualidade de Acionista Controlador, por meio do parecer da Secretaria de Tesouro Nacional que aprovou as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social de 2022, recomendou, para fins de adequação da contabilidade societária e garantir maior precisão na caracterização dos repasses, que a Companhia passasse a reconhecer os recursos orçamentários transferidos para fins de investimentos (transferências de capital – ativo imobilizado) como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A alteração resultará em uma informação mais confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis, uma vez que, esta forma de reconhecimento apresenta de forma mais adequada a essência da operação para a Companhia.

Em decorrência dos eventos acima relatados e após análise da Administração, esta decidiu por alterar a política contábil relativa aos recebimentos dos recursos orçamentários destinados à aplicação no pagamento de bens do ativo imobilizado (Subvenções para Investimento), que até o terceiro trimestre de 2023 vinham sendo reconhecidos no resultado da Telebras. Tais recebimentos passaram então a ser reconhecidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no “Passivo Exigível”. As demais transferências correntes para o pagamento de pessoal e outros custeios, continuarão sendo classificadas como “Outras Receitas Operacionais”.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Considerando o exposto e a recomendação de modificação da política contábil anteriormente adotada, a Companhia informa que fará a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 nas Demonstrações Contábeis do encerramento de 2023, conforme determina o CPC 23, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, de forma a atender as Características qualitativas da informação contábil financeira útil e o melhor entendimento das operações da Companhia.

O impacto financeiro da reapresentação das demonstrações contábeis, que afetarão o passivo exigível não circulante e o patrimônio líquido está apresentado no quadro a seguir.

Rubricas do Balanço Patrimonial	Recursos Orçamentários Recebidos e Aplicados no Ativo Imobilizado	Juros sobre Recursos Recebidos (Atualizado pela SELIC)	Total
Passivo Exigível Não Circulante e Patrimônio Líquido	95.550	12.745	108.295

REFORMA TRIBUTÁRIA NO BRASIL

A Reforma Tributária Brasileira foi recentemente aprovada e promulgada em dezembro de 2023 no Congresso Nacional com um objetivo de simplificar os tributos sobre consumo, acabar com a cumulatividade e unificar a legislação dos novos tributos, sendo um dos pilares da reforma a simplificação e harmonização dos tributos existentes.

A unificação de impostos federais, estaduais e municipais busca reduzir a burocracia, eliminando redundâncias e facilitando o cumprimento das obrigações fiscais. A mudança substitui 5 (cinco) tributos vigentes por um Imposto sobre Valor Agregado (IVA dual) composto por: i) Imposto sobre Bens e Serviços, o IBS, de gestão compartilhada entre estados e municípios; ii) Contribuição sobre Bens e Serviços, a CBS é de competência da União. Além disso, cria-se o Imposto Seletivo, IS, que não tem função arrecadatória, pretende desestimular o consumo de produtos e serviços que façam mal à saúde e ao meio ambiente.

Embora as alíquotas ainda não estejam completamente definidas, isso será feito por Lei Complementar. No entanto, de acordo com um estudo do Ministério da Fazenda, a alíquota padrão está estimada em 27%. O IBS e CBS devem ser regulamentados por Lei Complementar ainda em discussão no Congresso Nacional. Sendo assim, para o ano de 2024, a Companhia não terá alterações efetivas na forma de apuração e cálculo dos tributos e ainda não é possível estimar os possíveis impactos nos resultados futuros da Companhia como resultado da Reforma Tributária.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Serviços de Comunicação Multimídia	86.104	81.130	95.544	6,1%	-9,9%	356.511	322.614	10,5%
Locação de Capacidade Satelital	9.121	9.121	9.120	0,0%	0,0%	36.481	36.481	0,0%
Aluguéis e Locações - Outras	5.675	5.488	6.863	3,4%	-17,3%	24.851	22.056	12,7%
Compartilhamento de Receita	2.078	3.633	5.994	-42,8%	-65,3%	19.640	15.463	27,0%
Serviços de Valor Adicionado	12.185	-	987	100,0%	1134,5%	18.073	-	100,0%
Outras Receitas	6.665	1.854	3.064	259,5%	117,5%	14.496	6.888	110,5%
Receita Operacional Bruta	121.828	101.226	121.572	20,4%	0,2%	470.052	403.502	16,5%
Deduções da Receita	(12.016)	(10.858)	(12.821)	10,7%	-6,3%	(53.212)	(55.662)	-4,4%
Receita Operacional Líquida	109.812	90.368	108.751	21,5%	1,0%	416.840	347.840	19,8%

No 4T23, a Receita Operacional Líquida atingiu R\$ 109,8 milhões, 21,5%, ou R\$ 19,4 milhões superior à receita reconhecida no 4T22, que foi de R\$ 90,4 milhões. Com relação ao 3T23, a receita apresentou crescimento de 1,0% (R\$ 108,8 milhões no 2T23). No acumulado dos 12M23 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 416,8 milhões, 19,8% superior à receita apresentada nos 12M22 (R\$ 347,8 milhões). O comportamento da receita bruta por serviço nos 12M23 em relação aos 12M22 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): Nos 12M23, esta receita apresentou crescimento de 10,5% na comparação aos 12M22, explicado pelos seguintes eventos: i) aumento dos circuitos/pontos vinculados à geração de receita; ii) crescimento da banda larga faturada no período; e iii) pelo efeito de reajustes dos contratos no decorrer do exercício de 2022 e 2023.

Locação de Capacidade Satelital: este produto permaneceu estável na comparação entre os 12M23 e os 12M22, com receita de R\$ 36,5 milhões.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). Nos 12M23, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 24,5 milhões (R\$ 22,1 milhões nos 12M22), aumento de 12,7%.

Compartilhamento de Receitas: No acumulado dos 12M23, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 19,6 milhões (R\$ 15,5 milhões nos 12M22). O crescimento é explicado pelo maior volume de recursos recebidos da Viasat no período, devido ao crescimento do faturamento da empresa parceira.

Serviço de Valor Adicionado: Nos 12M23, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 18,1 milhões de receita de SVA relativa ao contrato de prestação de serviços firmado com o INSS e também referente à participação da Telebras na receita de serviço da Viasat sobre os serviços de disponibilização de aplicativo de acesso a livros, jornais, revistas e streamings.

Outras Receitas: Representa o valor reconhecido relativo aos serviços prestados de instalação e manutenção do programa Wi-Fi Brasil. O montante reconhecido nos 12M23 foi de R\$ 14,5 milhões (R\$ 6,9 milhões nos 12M22), crescimento de 110,5% explicado pelo aumento dos pontos instalados.

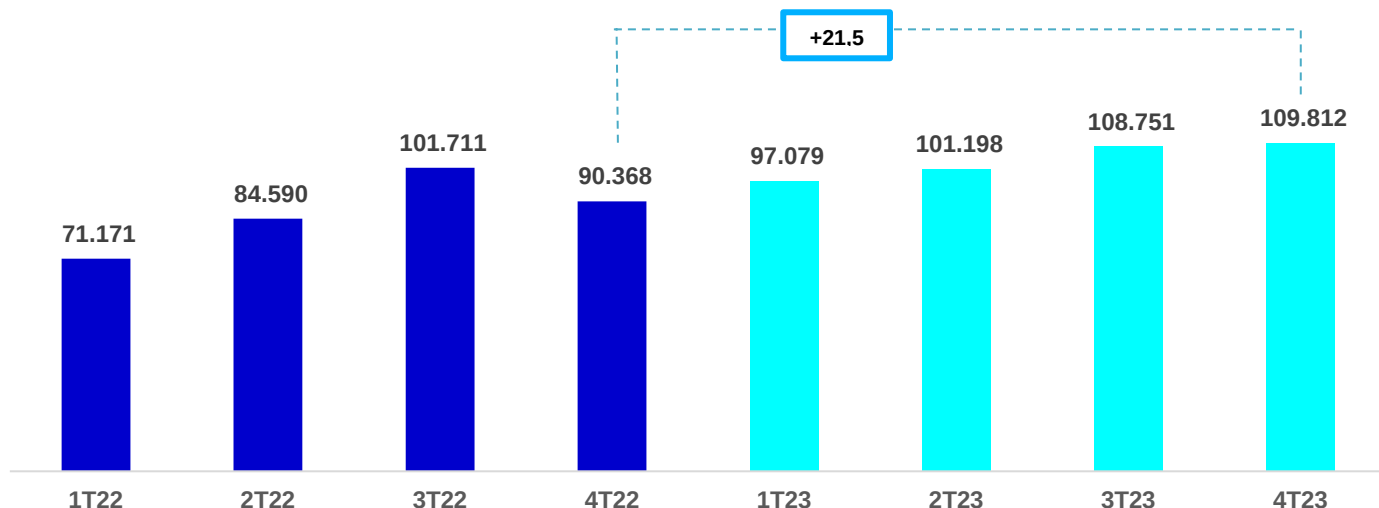
Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

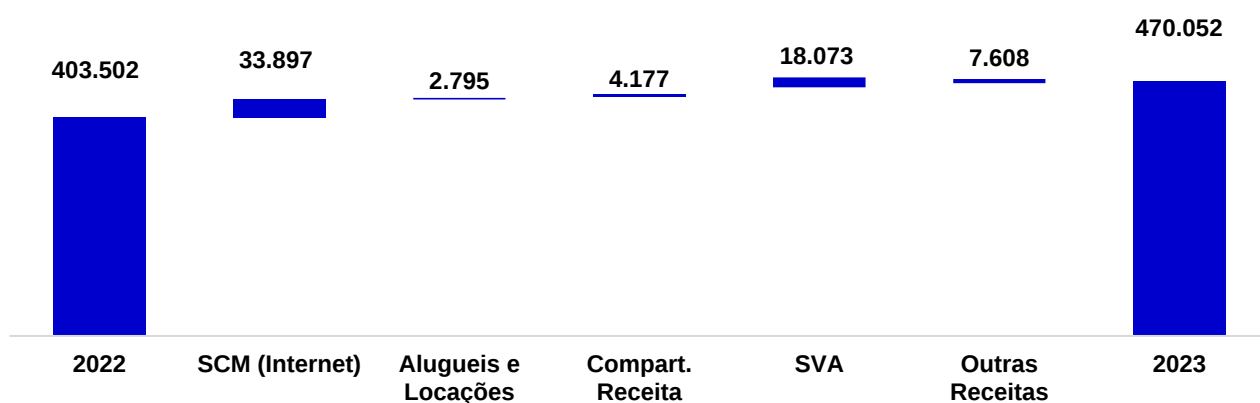
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA

Nos 12M23, as Deduções da Receita Operacional Bruta, que incluem tributos, descontos e cancelamentos sobre a Receita Operacional Bruta, apresentaram redução de 4,4% em relação aos 12M22. A diminuição é explicada pelo menor volume de receitas tributadas pelo ICMS.

COMPORTAMENTO DA RECEITA LÍQUIDA OPERACIONAL – R\$ MIL



EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA 2022 – 2023 – R\$ MIL



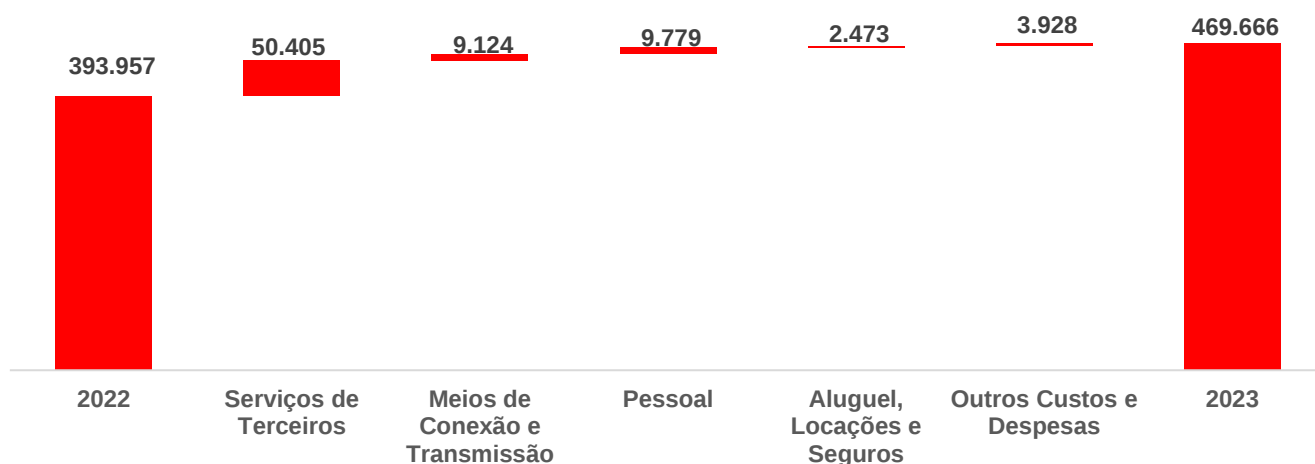
Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS VINCULADAS ÀS FUNÇÕES: CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS, COMERCIALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS E DESPESAS GERAS E ADMINISTRATIVA (EXCETO DEPRECIACÃO E AMORTIZAÇÃO)¹

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Serviços de Terceiros	(41.406)	(28.819)	(32.287)	43,7%	28,2%	(159.570)	(109.165)	46,2%
Meios de Conexão e Transmissão	(30.481)	(32.214)	(41.098)	-5,4%	-25,8%	(136.851)	(127.727)	7,1%
Pessoal	(27.768)	(25.469)	(30.645)	9,0%	-9,4%	(106.908)	(97.129)	10,1%
Alugueis, Locações e Seguros	(11.561)	(13.287)	(12.293)	-13,0%	-6,0%	(50.936)	(48.463)	5,1%
Compartilhamento de Instalações	(1.999)	(1.109)	(792)	80,3%	152,4%	(5.379)	(4.345)	23,8%
Tributos	(1.190)	(1.163)	(1.274)	2,3%	-6,6%	(5.296)	(4.791)	10,5%
Materiais	(430)	(101)	(288)	325,7%	49,3%	(2.181)	(2.018)	8,1%
PECLD ²	6.228	2.486	(3.629)	150,5%	-271,6%	(1.314)	1.042	-226,1%
PISP ³	(318)	474	(838)	-167,1%	-62,1%	(1.231)	(1.361)	-9,6%
Total	(108.925)	(99.202)	(123.144)	9,8%	-11,5%	(469.666)	(393.957)	19,2%

EVOLUÇÃO 2022 – 2023 - R\$ MIL



Os Custos e Despesas Operacionais (Exceto Depreciação e Amortização) totalizaram R\$ 108,9 milhões no 4T23, crescimento de 9,8% na comparação com o 4T22 (R\$ 99,2 milhões). Com relação ao 3T23, ocorreu uma redução de 11,5% (R\$ 123,1 milhões). No acumulado dos 12M23 o crescimento foi de 19,2%, atingindo o montante de R\$ 469,7 milhões (R\$ 394,0 milhões nos 12M22).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

MEIOS DE CONEXÃO E TRANSMISSÃO: apresentou aumento de 7,1% em relação aos 12M22. Esse aumento foi impactado principalmente pelo serviço de Linha dedicada Industrial (EILD), devido aos reajustes de preços dos serviços contratados e também pelos novos contratos para atender as novas demandas. Os

¹ Custos e Despesas vinculadas às funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Gerais e Administrativas.

² Perdas com crédito de liquidação duvidosa.

³ Programa de indenização por serviços prestados.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

principais serviços que compõem essa rubrica são a Linha dedicada Industrial (EILD), que teve aumento de 17,8% e o serviço de Backbone, que teve queda de 1,3%.

PESSOAL: Nos 12M23, os custos e despesas com Pessoal tiveram aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo é reflexo da contratação de novos colaboradores para reposição da força de trabalho, que foram aprovados em concurso público.

SERVIÇOS DE TERCEIROS: Nos 12M23, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 46,2% na comparação com os 12M22. Esse comportamento é justificado pelos seguintes fatos: i) aumento do contrato de manutenção da planta de rede de telecomunicações da Telebras, devido ao novo processo de licitação, que teve os preços majorados em relação ao contrato anterior; e ii) crescimento dos custos de manutenção da infraestrutura satelital em decorrência do aumento dos pontos de conexão ao satélite SGDC.

ALUGUÉIS, LOCAÇÕES E SEGUROS: O crescimento de 5,1% em relação aos 12M22 é justificado principalmente pelo aumento dos custos de locação de equipamentos de conexão satelital, devido ao aumento dos pontos de conexão ao satélite SGDC para prestação dos serviços vinculados ao programa GESAC. Esse crescimento foi parcialmente amortizado pela redução de 18,5% da rubrica de seguro, devido à redução do prêmio de seguro e da garantia estendida do satélite quando da renovação da apólice e do contrato de garantia.

DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Depreciação e Amortização	(66.586)	(60.833)	(65.194)	9,5%	2,1%	(253.540)	(242.087)	4,7%

A rubrica de Depreciação e Amortização apresentou crescimento de 4,7% na comparação com os 12M23. O aumento é explicado pelas transferências de bens da condição de “em andamento” para a condição de “em serviço”, ocorrida nos 12M23, no montante de R\$ 156,1 milhões.

RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Resultado de Equivalência Patrimonial	(198)	(1.240)	(234)	-84,0%	-15,4%	(2.254)	(6.500)	-65,3%

O Resultado Negativo de Equivalência Patrimonial nos 12M23 reflete a participação da Telebras (49%) no resultado negativo obtido nos 12M23 pela Coligada Visiona. Nesse período, a coligada apresentou um prejuízo líquido de R\$ 4,6 milhões (R\$ 13,3 milhões nos 12M22).

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Outras Receitas Operacionais								
Subvenções Orçamentária Recebidas (i)	31.387	91.763	31.513	-65,8%	-0,4%	240.187	241.525	-0,6%
Fundo de Previdência Privada Fechado (ii)	7.421	-	-	100,0%	-100,0%	33.912	-	100,0%
Recuperação de Tributos	4.764	656	2.510	99,8%	101,8%	9.450	3.041	210,8%
Rever. de Prov. p/ Riscos Trab., Cíveis, Fiscais	1.772	3.274	6.650	8317,7%	100,0%	9.213	8.550	7,8%
Outras Receitas Operacionais	43	262	1.237	5,1%	37,3%	4.110	2.339	75,7%
Total	45.387	95.955	41.910	-52,7%	8,3%	296.872	255.455	16,2%
Outras Despesas Operacionais								
Multas sobre Contas a Receber – Contratos (iii)	44	-	(39.396)	100,0%	-100,1%	(40.034)	-	100,0%
Tributos	(2.013)	(1.055)	(1.215)	90,8%	65,7%	(10.835)	(5.397)	100,8%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(200)	(1.639)	(116)	-87,8%	72,4%	(962)	(5.189)	-81,5%
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado (iv)	-	-	(383)	-	-100,0%	(383)	(16.643)	-97,7%
Outras Despesas Operacionais	(1.512)	(275)	(973)	449,8%	55,4%	(3.445)	(1.833)	87,9%
Total	(3.681)	(2.969)	(42.083)	24,0%	-91,3%	(55.659)	(29.062)	91,5%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	41.706	92.986	-173	-55,1%	-24207,5%	241.213	226.393	6,5%

No 4T23, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de R\$ 41,7 mil (R\$ 93,0 milhões no 4T22). No acumulado dos 12M23 o resultado foi positivo no valor de R\$ 241,2 milhões (R\$ 226,4 milhões nos 12M22), aumento de 6,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

i) SUBVENÇÕES ORÇAMENTÁRIAS RECEBIDAS: A partir de 1 de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos. Os recursos recebidos para pagamento de pessoal e outros custeios são reconhecidos no resultado da Companhia com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, os recursos de investimento são contabilizados no passivo exigível (não circulante) como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Nos 12M23, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 240,2 milhões no resultado da Companhia (R\$ 241,5 milhões nos 12M22), sendo composto da seguinte forma:

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Outros Custeios	49.341	65.235	20.166	-24,4%	144,7%	175.077	134.237	63,2%
Pessoal	2.937	26.528	19.106	-88,9%	-84,6%	65.110	107.288	-39,3%
Investimentos	(20.891)	-	(7.759)	100,0%	169,2%	-	-	-
EBITDA	31.387	91.763	31.513	-65,8%	-0,4%	240.187	241.525	-0,6%

ii) SUPERÁVIT DE PREVIDÊNCIA PRIVADA: Trata-se do reconhecimento do superávit relativo aos planos PBS-A e PBS-Telebras distribuídos pela Sistel e que serão recebidos pela Telebras em 36 parcelas mensais.

iii) Multas sobre Contas a Receber – Contratos: No ano de 2023, a Companhia reconheceu no resultado do período o valor relativo às multas aplicadas pela Dataprev sobre o contrato de prestação de serviços em decorrência de penalidades aplicadas na execução dos serviços. A Telebras vinha mantendo conversações com a Dataprev, no sentido de reverter tais penalidades, mas não obteve sucesso. O montante dessas multas foi de R\$ 39,4 milhões.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

iv) BAIXA DE ATIVOS POR PERDAS – TRIBUTOS: Representa o valor baixado dos créditos de ICMS por impossibilidade de recuperabilidade.

v) BAIXA DE BENS DO ATIVO IMOBILIZADO: A redução de 97,7% é explicada pelo maior volume de baixas realizadas nos 12M22 devido ao resultado do inventário dos bens da Telebras concluído naquele período.

RESULTADO FINANCEIRO

R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Receitas Financeiras								
Juros sobre Disponibilidades	34.111	28.527	36.369	19,6%	-6,2%	146.374	100.644	45,4%
Juros sobre Tributos	2.192	2.011	3.195	9,0%	-31,4%	12.221	8.743	39,8%
Juros sobre Aplicação Financeira - Garantias	2.156	2.148	2.339	0,4%	-7,8%	9.008	7.704	16,9%
Juros sobre Depósitos Judiciais	910	887	1.199	2,6%	-24,1%	4.142	3.467	19,5%
Outras Receitas Financeiras	786	(1.372)	514	-157,3%	52,9%	1.733	4.481	-61,3%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(1.800)	(1.456)	(1.928)	23,6%	-6,6%	(7.840)	(5.667)	38,3%
Total	38.355	30.745	41.688	24,8%	-8,0%	165.638	119.372	38,8%
Despesas Financeiras								
Juros sobre Adiantamento/Cauções e Retenções	(60.106)	(46.298)	(47.915)	29,8%	25,4%	(198.416)	(185.767)	6,8%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais	(3.030)	(4.487)	(2.391)	-32,5%	26,7%	(13.678)	(18.483)	-26,0%
Juros/VM s/ Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.629)	(1.480)	(1.083)	10,1%	50,4%	(6.775)	(7.544)	-10,2%
Juros/V.M sobre Empréstimos e Financiamentos	(1.007)	(1.761)	(1.386)	-42,8%	-27,3%	(5.474)	(6.707)	-18,4%
Outras Despesas Financeiras	(498)	(287)	(221)	73,5%	125,3%	(1.245)	(1.019)	22,2%
Total	(66.270)	(54.313)	(52.996)	22,0%	25,0%	(225.588)	(219.520)	2,8%
Resultado Financeiro	(27.915)	(23.568)	(11.308)	18,4%	146,9%	(59.950)	(100.148)	-40,1%

Nos 12M23, o resultado financeiro foi negativo no montante de R\$ 60,0 milhões (R\$ 100,1 milhões nos 12M22). Os principais eventos que impactaram esse resultado foram: i) crescimento de 4,3% nos juros sobre AFAC⁴, em função do aumento da taxa SELIC e novos aportes recebidos; ii) redução de 26,0% dos encargos financeiros da dívida com Acordos Judiciais (PREVI e FUNCEF), devido à amortização da dívida e redução dos níveis inflacionários; e iii) aumento de 45,4% dos rendimentos de aplicações financeiras no período, devido à melhora da rentabilidade.

EBITDA (LAJIDA)

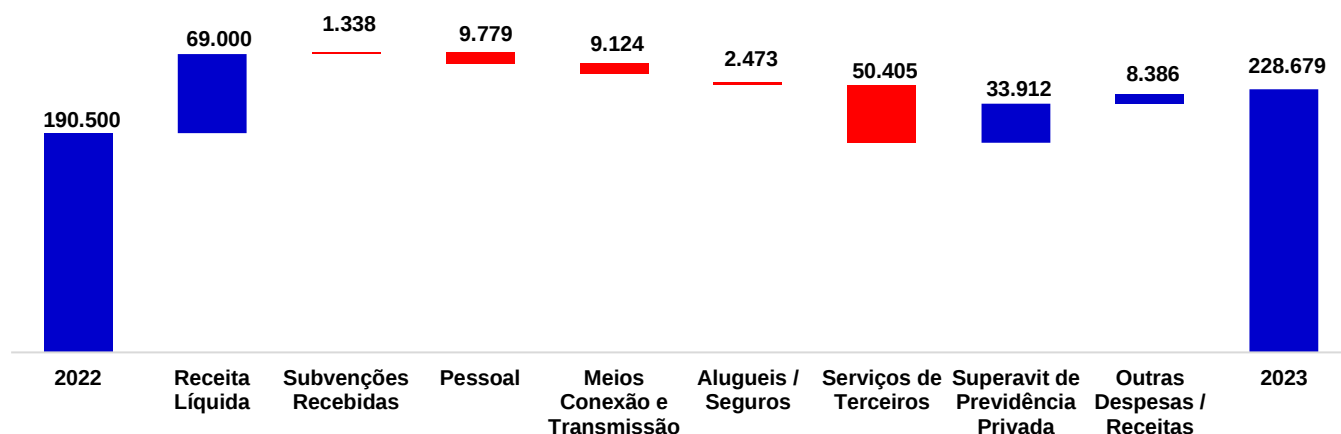
R\$ mil	Trimestres					2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.			
Prejuízo Líquido do Período	(52.106)	(1.489)	(91.302)	3399,4%	-42,9%	(127.357)	(168.459)	-24,4%
(+) Resultado Financeiro	27.915	23.568	11.308	18,4%	146,9%	59.950	100.148	-40,1%
(+) Depreciação e Amortização	66.586	60.833	65.194	9,5%	2,1%	253.540	242.087	4,7%
EBITDA	42.395	82.912	(14.800)	-48,9%	-	186.133	173.776	7,1%
Ajustes:								
(+) Equivalência Patrimonial	198	1.240	234	-84,0%	-15,4%	2.254	6.500	-65,3%
(+) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.299)	(1.267)	(1.294)	2,5%	0,4%	(5.175)	(5.006)	3,4%
(+) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(329)	(242)	(221)	36,0%	48,9%	(1.034)	(939)	10,1%
(-) Ganho sobre Passivos	-	-	-	-	-	(417)	(474)	-12,0%
(+) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	383	-	-100,0%	383	16.643	-97,7%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	(44)	-	39.396	100,0%	-100,1%	39.352	-	100,0%
(+) Baixa de Créditos Tributários	-	-	-	-	-	7.183	-	100,0%
EBITDA Ajustado	40.921	82.643	23.698	-50,5%	72,7%	228.679	190.500	20,0%
Margem EBITDA	38,6%	91,8%	-13,6%	-57,9%	-383,7%	44,7%	50,0%	-10,6%
Margem EBITDA Ajustado	37,3%	91,5%	21,8%	-59,3%	71,0%	54,9%	54,8%	0,2%

⁴ Adiantamento para Futuro Aumento de Capital.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

EVOLUÇÃO DO EBITDA AJUSTADO: 2022 – 2023 – R\$ MIL



O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

Nos 12M23, o EBITDA Ajustado foi de R\$ 228,7 milhões, acréscimo de 20,0% em relação aos 12M22 (R\$ 190,5 milhões). O crescimento em relação aos 12M22 é explicado: i) pelo incremento da Receita Operacional Líquida (19,8%); ii) pelo recebimento de Subvenções Orçamentárias no período; e iii) pelo recebimento do reconhecimento do Superávit de Previdência Privada ocorrido no exercício corrente. Esses eventos positivos foram parcialmente amortizados pelo crescimento dos Custos e Despesas Operacionais (19,2%).

A Margem EBITDA Ajustada nos 12M23 foi de 54,9% (54,8% nos 12M22), demonstrando uma estabilidade da margem.

Desconsiderando o efeito das Subvenções Orçamentárias Recebidas (R\$ 240,2 milhões nos 12M23 – R\$ 241,5 milhões nos 12M22) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo nos 12M23 de R\$ 11,5 milhões (R\$ 51,0 milhões negativo nos 12M22), e uma Margem EBITDA Ajustada de -2,8% e -14,7%, respectivamente.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

PREJUÍZO LÍQUIDO DO PERÍODO AJUSTADO

R\$ Mil	Trimestres			Δ Ano	Δ Trim.	2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23					
Prejuízo Líquido do Período	(52.106)	(1.489)	(91.302)	238,9%	3221,3%	(127.357)	(168.459)	-44,3%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:								
(-) Ganho sobre Passivos	-	3	-	-100,0%	-	(417)	(474)	-12,0%
(+) Baixa de Créditos Tributários	-	-	-	-	-	7.183	-	100,0%
(+) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	383	-	-100,0%	383	16.643	-97,7%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	(44)	-	39.396	-100,0%	-100,1%	39.352	-	100,0%
Prejuízo do Período Ajustado	(52.150)	(1.486)	(51.523)	3409,4%	1,2%	(80.856)	(152.290)	-46,9%
Margem Líquida	-47,5%	-1,6%	-47,4%	-2788,0%	0,2%	-19,4%	-43,8%	-55,7%
Prejuízo por Ação (R\$)	(0,6037)	(0,0172)	(0,5964)	3409,4%	1,2%	(0,9360)	(1,7630)	-46,9%

Nos 12M23, a Companhia teve um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 80,9 milhões (R\$ 152,3 milhões nos 12M22, representado uma redução no prejuízo de 46,9%.

OUTROS INDICADORES

ENDIVIDAMENTO

DÍVIDA LÍQUIDA⁵

R\$ Mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021	Δ 2023 / 2022	Δ 2023 / 2021
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	90.602	136.810	209.054	-33,8%	-56,7%
Curto Prazo	45.710	47.175	53.179	-3,1%	-14,0%
Longo Prazo	44.892	89.635	155.875	-49,9%	-71,2%
Arrendamento Mercantil (Leasing)	14.121	16.657	15.352	-15,2%	-8,0%
Curto Prazo	5.324	4.788	4.246	11,2%	25,4%
Longo Prazo	8.797	11.869	11.106	-25,9%	-20,8%
Credores por Acordos Judiciais - PREVI e FUNCEF	132.440	154.423	171.808	-14,2%	-22,9%
Curto Prazo	16.436	17.170	17.564	-4,3%	-6,4%
Longo Prazo	116.004	137.253	154.244	-15,5%	-24,8%
Dívida Bruta	237.163	307.890	396.214	-23,0%	-40,1%
(-) Aplicações Financeiras - (Garantias)	77.976	70.534	64.164	10,6%	21,5%
(-) Caixa Disponível ⁶	311.305	312.875	257.692	-0,5%	20,8%
Dívida Líquida	(152.118)	(75.519)	74.358	101,4%	-304,6%
EBITDA Anualizado⁷	186.134	204.365	187.509	-8,9%	-0,7%
Dívida Líquida / EBITDA	-	-	0,40x	-	-

⁵ Dívida Líquida= Dívida bruta – (Caixa e Equivalentes de Caixa + Aplicações Financeiras de recursos vinculados a garantias de empréstimos e financiamentos e acordos judiciais firmados com credores).

⁶ Exclui o valor das aplicações financeiras dos recursos recebidos a título de AFAC e registrado na rubrica de Disponibilidade, uma vez, que esse recurso não pode ser utilizado para a liquidação da Dívida Bruta.

⁷ EBITDA anualizado: Representa o EBITDA do mês corrente somado ao EBITDA mensal dos onze meses anteriores.

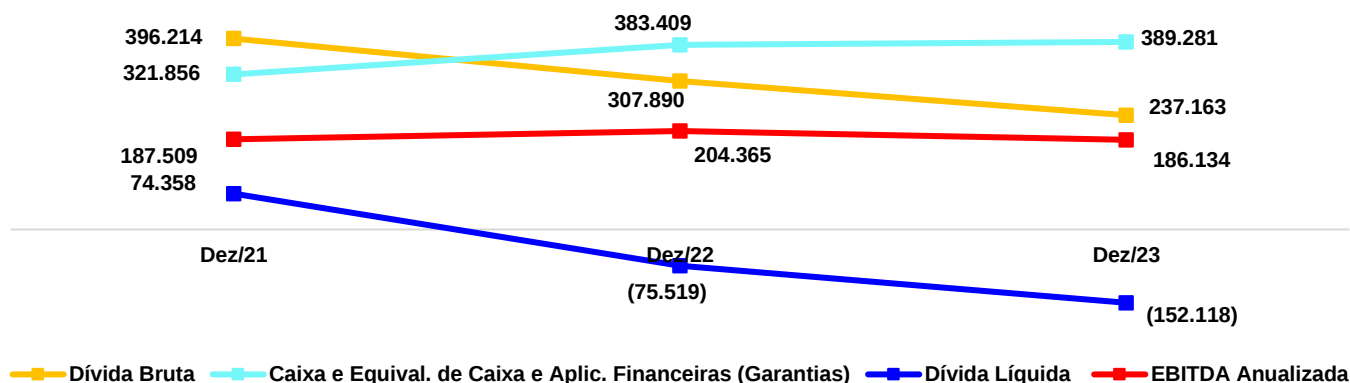
Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em dezembro de 2023, a Telebras apresentou dívida líquida negativa, ou seja, o valor da dívida foi inferior ao valor das disponibilidades e das aplicações financeiras, no valor de R\$ 152,1 milhões (R\$ 75,5 milhões negativa em dezembro de 2022 e R\$ 74,4 milhões positiva em dezembro de 2021), acréscimo de 101,4% e redução de 304,6%, respectivamente, em relação a dezembro de 2022 e dezembro de 2021. O comportamento é explicado pela diminuição da dívida devido às amortizações e pela melhora das disponibilidades financeiras da Companhia.

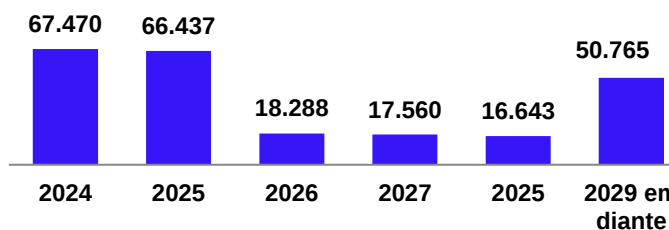
O indicador de Dívida Líquida vezes EBITDA em dezembro de 2023 e dezembro de 2022 não são apresentados em razão da dívida líquida negativa. Em dezembro de 2021 o indicador era de 0,40x.

COMPORTAMENTO DOS COMPONENTES DA DÍVIDA LÍQUIDA – R\$ MIL

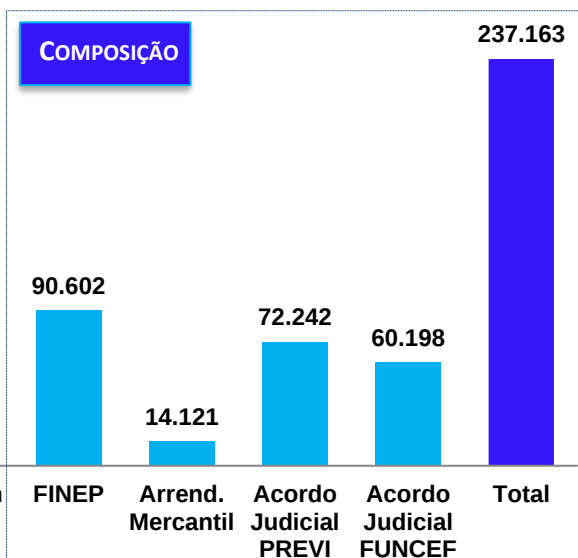


CRONOGRAMA DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA – R\$ MIL

CRONOGRAMA DE PAGAMENTO



COMPOSIÇÃO



Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Cronograma de Amortização da Dívida Bruta - Moeda Nacional - R\$ Mil	2024	2025	2026	2027	2028	2029 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos - FINEP	45.710	44.892	-	-	-	-	90.602
Arrendamento Mercantil Financeiro	5.324	5.205	1.948	1.220	303	121	14.121
Credores por Acordo Judiciais	16.436	16.340	16.340	16.340	16.340	50.644	132.440
Total	67.470	66.437	18.288	17.560	16.643	50.765	237.163

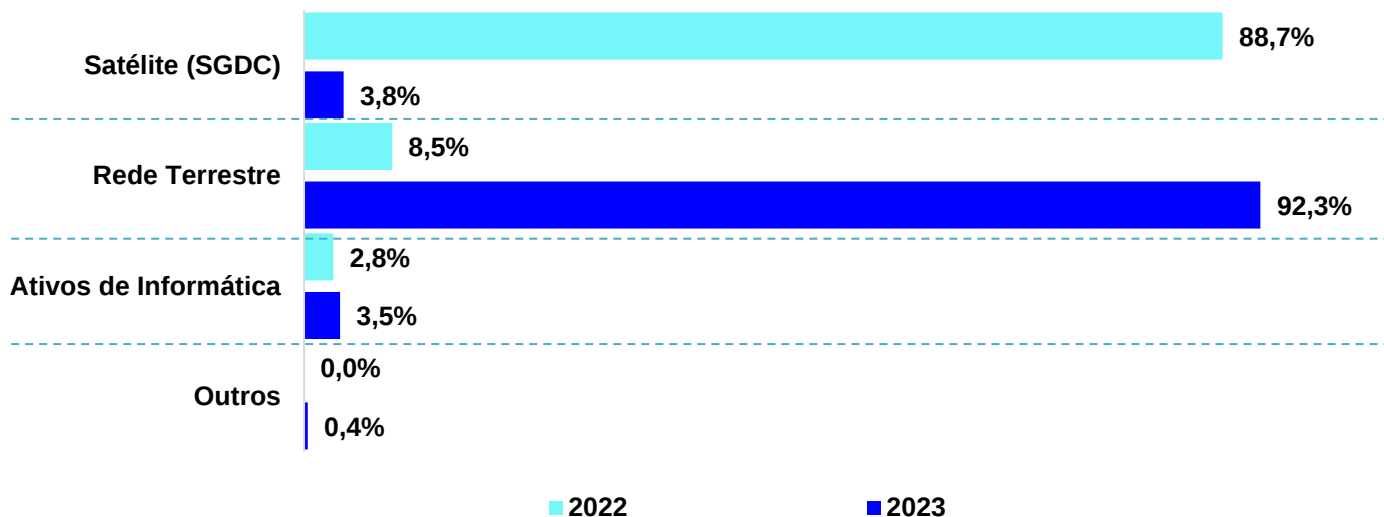
MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E ACORDOS DE DÍVIDAS

R\$ mil	31/12/2023		
	Empréstimos e Financiamentos	Arrendamento Mercantil Financeiro	Acordos Judiciais
Saldos Iniciais em 31 de dezembro de 2022	136.810	16.657	154.423
Adições	-	2.674	-
Juros e Variação Monetária do Período	5.474	1.034	13.678
Juros Pagos	(3.452)	-	(13.833)
Baixa para Resultado do Período	-	(1.034)	-
Amortizações de principal	(46.008)	(5.210)	(21.828)
Amortização de Compensação Financeira	(2.222)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2023	90.602	14.121	132.440

INVESTIMENTOS EM BENS DE CAPITAL - CAPEX

DISTRIBUIÇÃO DO CAPEX

R\$ mil	Trimestres						2023	2022	Δ Ano
	4T23	4T22	3T23	Δ Ano	Δ Trim.				
Rede Terrestre	18.002	(48.145)	54.443	-137,4%	-66,9%		107.720	11.198	862,0%
Satélite SGDC	377	111.930	693	100,0%	-45,6%		4.470	116.686	-96,2%
Ativos de Informática	1.265	3.198	1.043	-60,4%	21,3%		4.069	3.714	9,6%
Outros	-	-	100	-	-100,0%		431	3	14266,7%
Total	19.644	66.983	56.279	-70,7%	-65,1%		116.690	131.601	-11,3%



Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

Nos 12M23, a Telebras realizou investimentos da ordem de R\$ 116,7 milhões (R\$ 131,6 milhões nos 12M22), queda de 11,32% em relação ao mesmo período do ano anterior. O montante investido nos 12M23 foi aplicado da seguinte forma: 3,8% no segmento satelital, 92,3% no segmento terrestre, 3,5% em ativos de informática.

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$ mil	Trimestres			2023	2022
	4T23	4T22	3T23		
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	121.828	101.226	121.572	470.052	403.502
Serviços de Comunicação Multimídia	86.104	81.130	95.544	356.511	322.614
Locação de Capacidade Satelital	9.121	9.121	9.120	36.481	36.481
Alugueis e Locações	5.675	5.488	6.863	24.851	22.056
Compartilhamento de Receita	2.078	3.633	5.994	19.640	15.463
Receita de Valor Adicionado	12.185	-	987	18.073	-
Outras Receitas	6.665	1.854	3.064	14.496	6.888
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(12.016)	(10.858)	(12.821)	(53.212)	(55.662)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(11.754)	(10.858)	(12.821)	(51.456)	(55.280)
Descontos Incondicionais	(262)	-	-	(1.756)	(382)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	109.812	90.368	108.751	416.840	347.840
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(67.417)	(7.456)	(123.551)	(230.707)	(174.064)
Serviços de Terceiros	(41.406)	(28.819)	(32.287)	(159.570)	(109.165)
Meios de Conexão	(30.481)	(32.214)	(41.098)	(136.851)	(127.727)
Pessoal	(27.768)	(25.469)	(30.645)	(106.908)	(97.129)
Alugueis, Locações e Seguros	(11.561)	(13.287)	(12.293)	(50.936)	(48.463)
Compartilhamento de Infraestrutura	(1.999)	(1.109)	(792)	(5.379)	(4.345)
Tributos	(1.190)	(1.163)	(1.274)	(5.296)	(4.791)
Equivalência Patrimonial	(198)	(1.240)	(234)	(2.254)	(6.500)
Material	(430)	(101)	(288)	(2.181)	(2.018)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	6.228	2.486	(3.629)	(1.314)	1.042
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(318)	474	(838)	(1.231)	(1.361)
Outras Despesas Operacionais	(3.681)	(2.969)	(42.083)	(55.659)	(29.062)
Outras Receitas Operacionais	45.387	95.955	41.910	296.872	255.455
EBITDA	42.395	82.912	(14.800)	186.133	173.776
Margem EBITDA	38,6%	91,75%	-13,61%	44,65%	49,96%
Depreciação e Amortização	(66.586)	(60.833)	(65.194)	(253.540)	(242.087)
EBIT	(24.191)	22.079	(79.994)	(67.407)	(68.311)
Resultado Financeiro	(27.915)	(23.568)	(11.308)	(59.950)	(100.148)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(52.106)	(1.489)	(91.302)	(127.357)	(168.459)
Prejuízo por Ação (R\$)	(0,6032)	(0,0172)	(1,0569)	(1,4743)	(1,9501)

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

BALANÇO PATRIMONIAL

Balanço Patrimonial - R\$ mil	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Total Ativo	4.003.587	4.035.411	4.099.054
Circulante	1.607.349	1.528.710	1.457.061
Caixa e Equivalentes de Caixa	380.712	352.611	272.839
Contas a Receber de Clientes	176.885	105.869	86.437
Tributos a Compensar/Recuperar	177.601	169.089	145.659
Depósitos Judiciais	6.903	7.114	8.204
Aplicações Financeiras	822.352	822.352	822.352
Superávit - Previdência Privada	12.270	-	82.966
Valores a Receber de Colaboradores Cedidos	1.945	1.945	1.945
Outros Ativos Realizáveis	28.681	69.730	36.659
Não Circulante	2.396.238	2.506.701	2.641.993
Aplicações Financeiras	80.682	72.479	66.459
Tributos a Compensar/Recuperar	11.634	9.225	4.379
Dividendos a Receber	5.456	5.456	5.456
Depósitos Judiciais	45.542	41.311	37.845
Outros Ativos Realizáveis	22.569	23.942	39.633
Realizável a Longo Prazo	181.609	152.413	153.772
Investimentos	70.084	75.195	88.152
Imobilizado	2.121.373	2.253.712	2.368.459
Intangível	23.172	25.381	31.610
Total Passivo	4.003.587	4.035.411	4.099.054
Circulante	280.660	321.615	323.710
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	13.114	12.418	11.318
Fornecedores	122.719	106.843	58.790
Tributos Indiretos	3.466	5.698	10.671
Receitas Diferidas	62.812	110.057	152.867
Empréstimos e Financiamentos	51.034	51.963	53.179
<i>Financiamento FINEP</i>	<i>45.710</i>	<i>47.175</i>	<i>48.933</i>
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	<i>5.324</i>	<i>4.788</i>	<i>4.246</i>
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	4.295	12.565	14.284
Credores por Perdas Judiciais	16.436	17.170	17.564
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	1.766	1.747	2.043
Outras Obrigações	5.018	3.154	2.994
Não Circulante	2.297.276	2.158.693	2.378.331
Empréstimos e Financiamentos	53.689	101.504	155.875
<i>Financiamento FINEP</i>	<i>44.892</i>	<i>89.635</i>	<i>144.769</i>
<i>Arrendamento Mercantil Financeiro</i>	<i>8.797</i>	<i>11.869</i>	<i>11.106</i>
Provisão para Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	54.590	51.285	47.448
Provisão Programa Indenização por Serviços Prestados	21.910	23.909	22.813
Credores por Perdas Judiciais	116.004	137.253	154.244
Grupamento de Ações	680	680	680
Recursos Capitalizáveis - AFAC	1.740.318	1.497.496	1.614.224
Receitas Diferidas	310.085	346.566	383.047
Patrimônio Líquido	1.425.651	1.555.103	1.397.013
Capital Social	3.474.498	3.474.498	3.107.339
Prejuízos Acumulados	(2.073.212)	(1.945.855)	(1.743.593)
Ajustes de Avaliação Patrimonial	24.476	26.571	33.378
Ações em Tesouraria	(111)	(111)	(111)

Comentários de Desempenho
Telecomunicações Brasileiras S.A. - TELEBRAS
4º Trimestre de 2023

Valores em Milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

R\$ mil	Trimestres			2023	2022
	4T23	4T22	3T23		
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais					
Prejuízo antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(52.106)	(1.489)	(91.302)	(127.357)	(168.459)
Ajustes por:					
Depreciação e Amortização	66.587	60.833	65.193	253.541	242.087
Provisão/Rever. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(1.572)	(1.635)	(6.534)	(8.251)	(3.361)
Variação Monetária de Prov. para Riscos Prováveis Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	1.629	1.478	1.083	6.775	7.542
Receitas Diferidas - Realizações	(16.920)	(22.890)	(10.823)	(83.726)	(106.458)
Equivalência Patrimonial	198	1.240	234	2.254	6.500
Encargos Financeiros sobre Adiantamento para Aumento de Capital	60.257	46.298	47.881	198.416	185.767
Encargos Financeiros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.006	1.762	1.387	5.474	6.708
Provisão para Programa de Indenização por Serviços Prestados	(5)	(455)	1.382	1.494	2.332
Variação Monetária/Juros de Credores por Perdas Judiciais	3.030	4.487	2.391	13.678	18.483
Variação Monetária de Depósitos Judiciais	(910)	(887)	(1.199)	(4.142)	(3.467)
Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(6.228)	(2.486)	3.629	1.314	(1.042)
Despesas Financeiras - Apropriação de Juros a Incurrer - IFRS 16	329	242	220	1.034	939
Dividendos/Juros sobre Capital Próprio	-	-	-	-	(63)
Baixa de Bens do Ativo Imobilizado	-	-	383	383	16.643
Ganho na Baixa de Passivo	-	-	-	(417)	-
Superávit de Previdência Privada	(7.421)	-	-	(33.912)	-
Perda na Baixa de Ativos - Tributos	-	-	-	7.183	-
Subtotal	99.980	87.987	105.227	361.098	372.610
Mutações Patrimoniais:					
Contas a Receber de Clientes	(19.818)	15.501	9.483	(72.330)	(18.390)
Tributos a Recuperar	(8.819)	(14.013)	10.101	(12.087)	(28.276)
Depósitos Judiciais	206	1.549	848	122	1.091
Pessoal, Encargos e Benefícios Sociais	(4.692)	(4.823)	2.855	696	1.100
Fornecedores	18.345	(27.934)	12.916	2.765	(38.491)
Outras Contas Ativas e Passivas	(11.460)	2.864	25.104	42.978	(24.499)
Subtotal	(26.238)	(26.856)	61.307	(37.856)	(107.465)
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais					
Dividendos / Juros sobre Capital Próprio Recebidos	-	-	-	-	63
Recebimento de Receitas Diferidas	-	26.965	-	-	27.168
Pagamento por Adesão ao Prog. de Indenização por Serviços Prestados - PISP	(3.399)	(1.271)	(76)	(3.475)	(1.531)
Pagamento de IRPJ/CSLL Estimados	-	-	(0)	(6.017)	-
Pagamento de Juros de Empréstimos e Financiamentos	(739)	(1.096)	(830)	(3.452)	(4.878)
Pagamento de Compensação Financeira - Financiamento FINEP	(1.671)	(7.447)	(185)	(2.222)	(8.322)
Pagamento de Juros de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(329)	(242)	(220)	(1.034)	(939)
Pagamento de Causas Judiciais - Trabalhistas, Cíveis e Tributárias	(369)	(1.959)	(2.337)	(3.489)	(2.063)
Pagamento de Acordos Judiciais - Encargos	(3.200)	(7.014)	(2.312)	(13.833)	(19.670)
Subtotal	(9.707)	7.936	(5.960)	(33.522)	(10.172)
Caixa Líquido Gerado/(Consumido) pelas Atividades Operacionais	11.929	67.578	69.273	162.363	86.514
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento					
Aquisição de Imobilizado / Intangível	(64.989)	(22.996)	(12.468)	(112.976)	(53.270)
Caixa Líquido Consumido pelas Atividades de Investimento	(64.989)	(22.996)	(12.468)	(112.976)	(53.270)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento					
Pagamento de Credores por Perdas Judiciais - Principal	(14.871)	(9.637)	(1.739)	(21.828)	(16.199)
Pagamentos - Financiamento - Finep - Principal	(12.112)	(16.038)	(11.356)	(46.008)	(50.400)
Pagamentos - Financiamento de Arrendamento Mercantil Financeiro - IFRS 16	(1.441)	(1.221)	(1.273)	(5.210)	(4.832)
Recebimento de Parcela de Superávit - Previdência Privada	2.634	16.986	2.374	7.354	87.098
Recebimento de Subscrição - Acionistas não Controladores	-	272	-	-	-
Recebimento de Adiantamento p/ Futuro Aumento de Capital	32.052	5.320	12.354	44.406	30.861
Caixa Líquido Gerado pelas Atividades de Financiamento	6.262	(4.318)	360	(21.286)	46.528
Variação Líquida de Caixa e Equivalentes de Caixa	(46.798)	40.264	57.165	28.101	79.772
Demonstração da Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa					
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	380.712	352.611	427.510	380.712	352.611
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	427.510	312.347	370.345	352.611	272.839
Variação de Caixa e Equivalentes de Caixa	(46.798)	40.264	57.165	28.101	79.772

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Presidente

NAURO LUIZ SCHEUFLE
Diretoria Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretoria Administrativo-Financeira e de Relações com
Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

WALLYSON LEMOS DOS REIS OLIVEIRA
Diretoria de Governança

ARTUR JOSÉ SIMÃO PEDREIRA
Contador CRC/DF 008412/0-9

Telecomunicações Brasileiras S.A - Telebras

Comentários dos Diretores

Art. 10, inciso III da Instrução CVM nº 81/22

2.1. Os Diretores devem comentar sobre:

a) condições financeiras e patrimoniais gerais

O comportamento das principais rubricas patrimoniais entre os anos de 2021 a 2023 e as explicações acerca das principais variações estão apresentados a seguir:

R\$ mil	Exercícios findos em:										
	2023					2022				2021	
	Valor	AV%	AH% - 2022	AH% - 2021		Valor	AV%	AH% - 2021	AH% - 2020	Valor	AV%
Rubricas											
Ativo Circulante	1.607.349	40,10%	5,1%	10,3%		1.528.710	37,90%	4,9%	16,1%	1.457.061	35,5%
Ativo Não Circulante	2.396.238	59,90%	-4,4%	-9,3%		2.506.701	62,10%	-5,1%	-14,4%	2.641.993	64,5%
Realizável a Longo Prazo	181.609	4,50%	19,2%	18,1%		152.413	3,80%	-0,9%	-30,2%	153.772	3,8%
Investimentos	70.084	1,80%	-6,8%	-20,5%		75.195	1,90%	-14,7%	-16,5%	88.152	2,2%
Imobilizado	2.121.373	53,00%	-5,9%	-10,4%		2.253.712	55,80%	-4,8%	-13,0%	2.368.459	57,8%
Intangível	23.172	0,60%	-8,7%	-26,7%		25.381	0,60%	-19,7%	-9,0%	31.610	0,8%
Ativo Total	4.003.587	100,00%	-0,8%	-2,3%		4.035.411	100,00%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%
Passivo Circulante	280.660	7,00%	-12,7%	-13,3%		321.615	8,00%	-0,6%	6,9%	323.710	7,9%
Passivo Não Circulante	2.297.276	57,40%	6,4%	-4,8%		2.158.693	53,50%	-10,5%	-10,8%	2.412.134	58,8%
Passivo Exigível	2.577.936	64,40%	3,9%	-5,8%		2.480.308	61,50%	-9,3%	-8,9%	2.735.844	66,7%
Patrimônio Líquido	1.425.651	35,60%	-8,3%	4,6%		1.555.103	38,50%	14,1%	2,2%	1.363.210	33,3%
Passivo Total	4.003.587	100,00%	-0,8%	-2,3%		4.035.411	100,00%	-1,6%	-4,9%	4.099.054	100,0%

Fonte: Demonstrações Contábeis Individuais da Telebras

Indicadores Financeiros	Medida	2023	2022	2021
Liquidez Corrente	Índice	7,31	7,14	8,42
Liquidez Geral	Índice	3,84	3,195	2,87
Composição do Endividamento	%	46,88%	40,21%	30,96%
Grau de Endividamento	%	11,61%	13,04%	13,46%
Participação de Capital de Terceiros	%	13,15%	15,00%	15,69%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

Ativo Circulante – O Ativo Circulante no final do ano de 2023 apresentou aumento de 5,1% e 10,3% em relação aos anos de 2022 e 2021, respectivamente. O aumento em relação aos exercícios comparados é explicado pelos aumentos das disponibilidades financeiras, dos tributos a recuperar/compensar e das contas a receber.

Ativo Não Circulante – O grupo apresentou redução de 4,4% na comparação com o ano de 2022 e de 9,3% em relação a 2021. Esse comportamento é reflexo dos seguintes eventos: i) transferências realizadas para o Circulante de valores relativos ao Superavit de Previdência Privada e Despesas Antecipadas; e ii) Depreciação e Amortização do Imobilizado e Intangível.

Passivo Circulante: O comportamento desta rubrica na comparação entre o exercício de 2023 e os exercícios de 2022 e 2021, apresentou redução de 12,7% e 13,3%, respectivamente. A diminuição é justificada pelos seguintes eventos: i) amortização das dívidas (Empréstimos e Financiamento e Credores por Perdas Judiciais); ii) baixa das Receitas Diferidas em função do reconhecimento da receita no resultado do exercício pela prestação dos serviços; e iii) redução dos valores de Provisão para Riscos Prováveis (Contingências).

Passivo Não Circulante - O Passivo não Circulante apresentou aumento de 6,4% e redução de 4,8% na comparação com os exercícios de 2022 e 2021, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelas transferências para o Circulante em função dos vencimentos que ocorrerão no decorrer dos próximos 12 meses, principalmente das rubricas de Empréstimos e Financiamentos, de Receitas Diferidas e de Credores por Perdas Judiciais, e pelo recebimento de recursos de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no período.

Patrimônio Líquido – O exercício de 2023, quando comparado aos exercícios de 2022 apresentou uma diminuição de 8,3%, explicada pelo resultado negativo (Prejuízo do Exercício) no exercício de 2023. Em relação ao ano de 2021 houve um aumento de 4,6%, justificado pelo aumento de capital realizado no exercício de 2022, no montante de R\$ 367,2 milhões, apesar do prejuízo apurado no exercício.

b) estrutura de capital

O capital social subscrito e integralizado em 31 de dezembro de 2023 e 2022 é de R\$ 3.474.498, representado por ações ordinárias e preferenciais sem valor nominal.

A composição acionária em 31 de dezembro de 2023 está apresentada no quadro a seguir:

Ordinárias			Preferenciais			Total		
Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%	Acionista	Qtde de Ações	%
União Federal	63.644.020	93,63%	União Federal	16.221.543	88,12%	União Federal	79.865.563	92,46%
FINEP	3.231.600	4,75%	FINEP	-	-	FINEP	3.231.600	3,74%
Outros Acionistas	1.099.786	1,62%	Outros Acionistas	2.185.948	11,88%	Outros	3.285.734	3,80%
Ações em Tesouraria	193	0,00%					193	0,00%
Total	67.975.599	100,00%	Total	18.407.491	100,00%	Total	86.383.090	100,00%

A estrutura de capital da Companhia, em termos de percentual de capital próprio e de capital de terceiros apresentava a seguinte composição em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021:

Capitais	2023	2022	2021
Capital Próprio	86,85%	85,00%	76,12%
Capital de Terceiros	13,15%	15,00%	23,88%

Para o cálculo da composição do capital total (tabela acima) aplicado na Companhia, foi realizada a reclassificação das rubricas de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC) e Receitas Diferidas (registradas no Passivo) e das Despesas Pagas Antecipadamente (registrada no Ativo) para o Patrimônio Líquido.

c) capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Indicadores Financeiros	Medida	2023	2022	2021
Liquidez Corrente	Índice	7,31	7,14	8,42
Liquidez Geral	Índice	3,84	3,195	2,87
Composição do Endividamento	%	46,88%	40,21%	30,96%
Grau de Endividamento	%	11,61%	13,04%	13,46%
Participação de Capital de Terceiros	%	13,15%	15,00%	15,69%

Para fins de cálculo dos indicadores financeiros as rubricas de Despesas Antecipadas, Receitas Diferidas e Adiantamento para Futuro Aumento de Capital foram reclassificadas para o Patrimônio Líquido.

No exercício de 2023 a Telebras apresentou boa capacidade de honrar os seus compromissos financeiros assumidos conforme demonstram os seus índices de liquidez: Índice de Liquidez corrente de 7,31 e Índice de Liquidez Geral de 3,84.

Estes índices demonstram que a empresa possui recursos de curto prazo e longo prazo suficientes para pagar seus compromissos de curto prazo e longo prazo.

Seu grau de endividamento e a composição do endividamento está relativamente baixo – 11,61% e 46,88% respectivamente - indicando que há pouca dependência do capital de terceiros.

Outro fato que contribui para o relativo conforto é a situação de classificação da Telebras como Empresa Estatal Dependente a partir do exercício de 2020. Nessa situação, a Companhia passou a receber recursos orçamentários para pagamento de Pessoal, Outros Custeios e Investimentos.

A Empresa também mantém operações com instrumentos financeiros com limites de exposição a riscos de crédito aprovados pela administração. Seus instrumentos financeiros são inerentes às suas operações, e não há operações em mercado de derivativos.

d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Para o financiamento dos investimentos em ativos não circulantes e para o capital de giro no exercício de 2023, a Telebras obteve, como fonte principal de financiamento, os recursos próprios advindos das operações da Companhia, bem como de recursos orçamentários recebidos sob a forma de subvenções orçamentárias, devido situação de dependência consignada no orçamento fiscal e da seguridade social.

e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Para o financiamento do seu capital de giro, a Telebras contará, parcialmente, com o incremento de suas receitas operacionais e, também, com recursos aplicados em fundos de curto prazo no mercado financeiro no exercício de 2023. Em 2020, a Companhia passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente. Dessa forma, os recursos para o pagamento de pessoal e outros custos serão financiados em parte pelos recursos orçamentários constantes do Orçamento fiscal e da Seguridade Social (OFSS) e isso fará com que a Companhia consiga administrar o seu capital de giro.

No que tange os investimentos em ativos não circulantes, em caso de necessidade de cobertura para deficiências de liquidez, ela deverá recorrer a aporte de seus acionistas e também de recursos próprios de geração de receitas, além de recursos do orçamento devido a sua condição de dependência.

f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

- i. **contratos de empréstimo e financiamento relevantes**
- ii. **outras relações de longo prazo com instituições financeiras**
- iii. **grau de subordinação entre as dívidas**
- iv. **eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições**

A Companhia tem contrato de financiamento junto a FINEP – Inovação e Pesquisa–, cujo valor original foi de R\$ 240 milhões. Este financiamento foi aplicado no Projeto SGDC – Sistema Geoestacionário de Defesa e Comunicação Estratégica, dos quais R\$ 103,4 milhões ingressaram na conta da Companhia em 2014 e R\$ 136,0 milhões em 2015. Sobre o principal da dívida incidirá a Taxa Referencial pró rata tempore (TR), divulgada pelo Banco Central do Brasil, acrescida do spread 3% (três por cento) ao ano. As condições originais do contrato previam um período de carência é de 36 (trinta e seis) meses, abrangendo o período compreendido entre a data da assinatura do contrato e a de vencimento da primeira parcela de amortização, sendo o principal parcelado em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, com vencimento da primeira parcela ocorrendo em 15/12/2017 e a última em 15/12/2024.

Posteriormente, em dezembro de 2017 a Companhia estabeleceu negociação junto a FINEP com o objetivo de postergar a amortização do principal, bem como o pagamento de juros mensais do financiamento. A Telebras e a FINEP firmaram três aditivos contratuais.

Atualmente está em vigor o terceiro aditivo, firmado em 7 de dezembro de 2018, que traz alterações nas cláusulas financeiras, prazos de pagamentos, vencimentos e estabelece novas garantias ao contrato. As modificações trazidas por este aditivo foram as seguintes:

- i) O pagamento das parcelas de amortização do débito decorrente do contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de maio de 2020; ii) O pagamento dos juros compensatórios previstos no contrato de financiamento ficará suspenso no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019; iii) Os juros apurados no período de 15 de dezembro de 2018 a 15 de novembro de 2019 serão capitalizados mensalmente ao saldo devedor, de acordo com a metodologia de cálculo de juros compostos; iv) Prorrogação do vencimento do contrato em 12 meses, passando de 15 de dezembro de 2024 para 15 de dezembro de 2025; e v) A Telebras pagará à FINEP

o valor de R\$ 21.4 milhões a título de compensação financeira pelo período de sobrestamento, cujo valor será corrigido pelo mesmo indexador previsto no contrato e pago em parcelas mensais e sucessivas, juntamente com as parcelas de amortização e juros, de 15 de junho de 2020 a 15 de dezembro de 2025.

Não há nenhum outro recurso recebido por empréstimo de qualquer instituição financeira.

A partir de junho de 2020, a Companhia passou a realizar a amortização do principal da dívida junto FINEP. No que concerne a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, o estatuto da Telebras, após a observância de normas de governança/compliance não obsta a alavancagem (endividamento da empresa). Todavia, o orçamento (mais especificamente o Plano de Dispendios Globais) aprovado pelo seu acionista controlador poderá estabelecer limites para uma eventual captação de recursos no mercado financeiro ou de capitais, tendo que seguir aos normativos estabelecidos no orçamento de empresas estatais.

Não há óbice à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, no estatuto social da Companhia. Porém, para essas operações deverá haver prévia anuência e aval dos órgãos de controle e do Tesouro Nacional.

g) limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados

O uso dos recursos provenientes do financiamento foi aplicado exclusivamente no projeto SGDC, objeto do respectivo contrato (programa estratégico de inovação - PEI).

h) alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa

Reclassificação dos Recursos Orçamentários Recebidos para Investimento (Aplicação no Ativo Imobilizado) e Reapresentação das Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Em fato relevante divulgado em 18 de dezembro de 2019 (Aprovação do Projeto de Lei do Orçamento anual 2020 pelo Congresso Nacional), a Telecomunicações Brasileiras S.A. ("Telebras" ou "Companhia") (B3: TELB3 & TELB4) informou ao mercado que passaria à condição de empresa estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Em 2020, em observância à Lei Orçamentária Anual, às Leis números 4.320/64, 6.404/76, 13.303/16, a companhia informou ao Acionista Controlador, sem que houvesse contraposição, que, na condição de empresa estatal dependente, contabilizaria os recursos orçamentários recebidos como Outras Receitas Operacionais, nos termos da Norma nº 07 do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC 07).

Assim, em novo Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2020, a Telebras comunicou ao mercado que os recursos recebidos na forma de subvenções orçamentárias seriam reconhecidos de acordo com a norma contábil CPC 07, ou sejam, no resultado da Companhia, como Outras Receitas Operacionais.

Todavia, no ano de 2023, a União, na qualidade de Acionista Controlador, por meio do parecer da Secretaria de Tesouro Nacional que aprovou as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social de 2022, recomendou, para fins de adequação da contabilidade societária e garantir maior precisão na caracterização dos repasses, que a Companhia passasse a reconhecer os recursos orçamentários transferidos para fins de investimentos (transferências de capital – ativo imobilizado) como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A alteração resultará em uma informação mais confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis, uma vez que, esta forma de reconhecimento apresenta de forma mais adequada a essência da operação para a Companhia.

Em decorrência dos eventos acima relatados e após análise da Administração, esta decidiu por alterar a política contábil relativa aos recebimentos dos recursos orçamentários destinados à aplicação no pagamento de bens do ativo imobilizado (Subvenções para Investimento), que até o terceiro trimestre de 2023 vinham sendo reconhecidos no resultado da Telebras. Tais recebimentos passaram então a ser reconhecidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no “Passivo Exigível”. As demais transferências correntes para o pagamento de pessoal e outros custeios, continuarão sendo classificadas como “Outras Receitas Operacionais”.

Considerando o exposto e a recomendação de modificação da política contábil anteriormente adotada, a Companhia informa que fará a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 nas Demonstrações Contábeis do encerramento de 2023, conforme determina o CPC 23, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, de forma a atender as Características qualitativas da informação contábil financeira útil e o melhor entendimento das operações da Companhia.

O impacto financeiro da reapresentação das demonstrações contábeis, que afetarão o passivo exigível não circulante e o patrimônio líquido está apresentado no quadro a seguir.

Rubricas do Balanço Patrimonial	Recursos Orçamentários Recebidos e Aplicados no Ativo Imobilizado	Juros sobre Recursos Recebidos (Atualizado pela SELIC)	Total
Passivo Exigível Não Circulante e Patrimônio Líquido	95.550	12.745	108.295

- 2.2. Os diretores devem comentar:**
- a. resultados das operações do emissor, em especial:**
 - i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita**
 - ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais**
 - b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação**
 - c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

O resultado obtido pela Companhia no exercício de 2023 comparado com os exercícios de 2022 e 2021 está apresentado a seguir com explicações sobre as principais variações ocorridas entre os períodos apresentados.

R\$ mil	2023	2022	2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	470.052	403.502	344.222
Serviços de Comunicação Multimídia	356.511	322.614	283.497
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.481
Aluguéis e Locações	24.851	22.056	16.246
Compartilhamento de Receita	19.640	15.463	7.099
Receita de Valor Adicionado	18.073	-	-
Outras Receitas	14.496	6.888	899
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	(53.212)	(55.662)	(58.569)
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	(51.456)	(55.280)	(58.161)
Descontos Incondicionais/Outros	(1.756)	(382)	(408)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	416.840	347.840	285.653
RECEITAS/(CUSTOS/DESPESAS) OPERACIONAIS	(230.707)	(174.064)	(132.048)
Serviços de Terceiros	(159.570)	(109.165)	(84.088)
Meios de Conexão e Transmissão	(136.851)	(127.727)	(116.669)
Pessoal	(106.908)	(97.129)	(85.729)
Aluguéis, Locações e Seguros	(50.936)	(48.463)	(48.186)
Compartilhamento de Instalações	(5.379)	(4.345)	(3.538)
Tributos	(5.296)	(4.791)	(5.804)

R\$ mil	2023	2022	2021
Equivalência Patrimonial	(2.254)	(6.500)	(6.273)
Material	(2.181)	(2.018)	(3.903)
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.314)	1.042	515
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.231)	(1.361)	(644)
Outras Despesas Operacionais	(55.659)	(29.062)	(20.792)
Outras Receitas Operacionais	296.872	255.455	243.063
EBITDA	186.133	173.776	153.605
Margem EBITDA	44,65%	49,96%	53,77%
Depreciação e Amortização	(253.540)	(242.087)	(254.336)
EBIT	(67.407)	(68.311)	(100.731)
Resultado Financeiro	(59.950)	(100.148)	(62.282)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(127.357)	(168.459)	(163.013)
Prejuízo por Ação (R\$)	-1,4743	-1,9501	-2,4020

1. Receita Operacional Líquida

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	470.052	403.502	344.222	16,5%	36,6%
Serviços de Comunicação Multimídia	356.511	322.614	283.497	10,5%	25,8%
Locação de Capacidade Satelital	36.481	36.481	36.481	0,0%	0,0%
Aluguéis e Locações	24.851	22.056	16.246	12,7%	53,0%
Compartilhamento de Receita	19.640	15.463	7.099	27,0%	176,7%
Receita de Valor Adicionado	18.073	-	-		
Outras Receitas	14.496	6.888	899	110,5%	1512,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA	-53.212	-55.662	-58.569	-4,4%	-9,1%
Tributos s/ Receita Operacional Bruta	-51.456	-55.280	-58.161	-6,9%	-11,5%
Descontos Incondicionais/Outros	-1756	-382	-408	359,7%	330,4%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	416.840	347.840	285.653	19,8%	45,9%

Em 2023 a Receita Operacional Líquida totalizou R\$ 416,8 milhões, 19,8% superior à receita apresentada em 2022, que foi de R\$ 347,8 milhões (R\$ 285,7 milhões em 2021). O comportamento da receita bruta por serviço em 2023 em relação aos anos de 2022 e 2021 foi o seguinte:

Serviço de Comunicação Multimídia (SCM): Em 2023, esta receita apresentou crescimento de 10,5% na comparação com o exercício de 2022 e 25,8% em relação ao ano de 2021, explicado pelos seguintes eventos: i) aumento dos circuitos/pontos vinculados à geração de receita; ii) crescimento da banda larga faturada no período; e iii) pelo efeito de reajustes dos contratos no decorrer dos exercícios de 2021, 2022 e 2023.

Locação de Capacidade Satelital: este produto permaneceu estável na comparação entre o exercício de 2023 e os períodos comparados, com receita de R\$ 36,5 milhões.

Aluguéis e Locações – Outras: compreende o aluguel de cabos ópticos, locação de roteadores e aluguel de infraestrutura do segmento satelital (contrato de parceria com a Viasat). Nos 12M23, a receita reconhecida nessa rubrica totalizou R\$ 24,5 milhões (R\$ 22,1 milhões em 2022 e R\$ 16,4 milhões em 2021), aumento de 12,7% e 53,0%, respectivamente.

Compartilhamento de Receitas: No ano de 2023, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 19,6 milhões (R\$ 15,5 milhões em 2022 e R\$ 7,1 milhões em 2021). O crescimento é explicado pelo maior volume de recursos recebidos da Viasat no período, devido ao crescimento do faturamento da empresa parceira.

Serviço de Valor Adicionado: Em 2023, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 18,1 milhões de receita de SVA relativa ao contrato de prestação de serviços firmado com o INSS e também referente à participação da Telebras na receita de serviço da Viasat sobre os serviços de disponibilização de aplicativo de acesso a livros, jornais, revistas e streamings.

Outras Receitas: Representa o valor reconhecido relativo aos serviços prestados de instalação e manutenção do programa Wi-Fi Brasil. O montante reconhecido em 2023 foi de R\$ 14,5 milhões (R\$ 6,9 milhões em 2022 e R\$ 0,1 milhões em 2021), crescimento de 110,5% e 1.512,5%, respectivamente. Esse aumento é explicado pelo aumento dos pontos instalados.

2. Custos e Despesas Vinculadas às Funções: Custo dos Serviços Prestados, Comercialização dos Serviços e Despesas Gerais e Administrativas (Exceto Depreciação e Amortização)

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Serviços de Terceiros	(159.570)	(109.165)	(84.088)	46,2%	89,8%
Meios de Conexão e Transmissão	(136.851)	(127.727)	(116.669)	7,1%	17,3%
Pessoal	(106.908)	(97.129)	(85.729)	10,1%	24,7%
Aluguéis, Locações e Seguros	(50.936)	(48.463)	(48.186)	5,1%	5,7%
Compartilhamento de Instalações	(5.379)	(4.345)	(3.538)	23,8%	52,0%
Tributos	(5.296)	(4.791)	(5.804)	10,5%	-8,8%
Materiais	(2.181)	(2.019)	(3.903)	8,0%	-44,1%
Perda Estimada com Crédito de Liquidação Duvidosa	(1.314)	1.042	515	-226,1%	-355,1%
Programa de Indenização por Serviços Prestados (PISP)	(1.231)	(1.361)	(644)	-9,6%	91,1%
Total	(469.666)	(393.958)	(348.046)	19,2%	34,9%

Em 2023, o crescimento dos Custos e Despesas foi de 19,2% e 34,9% em relação aos anos de 2022 e 2021, respectivamente, atingindo o montante de R\$ 469,7 milhões (R\$ 394,0 milhões em 2022 e R\$ 348,0 em 2021).

As principais ocorrências no período referentes aos itens de Custos e Despesas Operacionais foram as seguintes:

Meios de Conexão e Transmissão: APRESENTOU aumento de 7,1% em relação ao ano de 2022 e de 17,3% na comparação com o exercício de 2021. Esse aumento foi impactado principalmente pelo serviço de Linha dedicada Industrial (EILD), devido aos reajustes de preços dos serviços contratados e também pelos novos contratos para atender as novas demandas. Os principais serviços que compõem essa rubrica são a Linha dedicada Industrial (EILD) e o serviço de Backbone,

Pessoal: Em 2023, os custos e despesas com Pessoal tiveram aumento de 10,1% em relação ao mesmo período do ano 2022 e de 24,7% quando comparado ao ano de 2021. O acréscimo é reflexo da contratação de novos colaboradores para reposição da força de trabalho, que foram aprovados em concurso público.

Serviços de Terceiros: No exercício de 2021, os custos e despesas com Serviços de Terceiros apresentaram crescimento de 46,2% e 89,8% na comparação com os anos de 2022 e 2021, respectivamente. Esse comportamento é justificado pelos seguintes fatos: i) aumento do contrato de manutenção da planta de rede de telecomunicações da Telebras, devido ao novo processo de licitação, que teve os preços majorados em relação ao contrato anterior; e ii) crescimento dos custos de manutenção da infraestrutura satelital em decorrência do aumento dos pontos de conexão ao satélite SGDC.

Aluguéis, Locações e Seguros: O crescimento de 5,1% em relação ao ano de 2022 e de 5,7% na comparação ao ano de 2021, é justificado principalmente pelo aumento dos custos de locação de equipamentos de conexão satelital, devido ao aumento dos pontos de conexão ao satélite SGDC para prestação dos serviços vinculados ao programa GESAC. Esses aumentos foi parcialmente amortizado pela redução nos custos do prêmio de seguro e da garantia estendida do satélite quando da renovação das apólice e do contratos de garantia.

3. Depreciação e Amortização

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Depreciação e Amortização	(253.540)	(242.086)	(254.336)	4,7%	-0,3%

O comportamento da depreciação e amortização no exercício de 2023 em relação ao exercício de 2022, apresentou um aumento de 4,7%. Na comparação como o ano de 2021, houve uma estabilidade, com variação negativa de 0,3%.

4. Resultado de Equivalência Patrimonial

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Resultado de Equivalência Patrimonial	(2.254)	(6.500)	(6.273)	-65,3%	-64,1%

Os Resultados negativos de Equivalência Patrimonial apurados nos anos de 2023, 2022 e 2021 refletem a participação da Telebras (49%) nos resultados negativos gerados nesses anos pela coligada Visiona. Em 2023, a coligada apresentou um prejuízo líquido de R\$ 4,6 milhões (R\$ 13,3 milhões em 2022 e R\$ 12,8 milhões em 2021).

5. Outras Receitas / Despesas Operacionais

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Outras Receitas Operacionais					
Subvenções Recebidas (i)	240.187	241.525	216.554	-0,6%	10,9%
Fundo de Previdência Privada Fechado (ii)	33.912	-	-	100,0%	100,0%
Recuperação de Tributos	9.450	3.041	9.087	210,8%	4,0%
Rever. de Prov. p/ Riscos Trab., Cíveis, Fiscais	9.213	8.550	360	7,8%	2459,2%
Ganhos sobre o Passivo (iii)	417	474	15.501	-12,0%	-97,3%
Outras Receitas Operacionais	3.693	1.865	1.561	98,0%	136,6%
Total	296.872	255.455	243.063	16,2%	22,1%
Outras Despesas Operacionais					
Multas sobre Contas a Receber – Contratos (iv)	(40.034)	-	-		
Tributos (v)	(10.835)	(5.397)	(15.533)	100,8%	-30,2%
Provisão p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis, Fiscais	(962)	(5.189)	(1.801)	-81,5%	-46,6%
Baixa de Ativo Imobilizado (vi)	(383)	(16.643)	-	-97,7%	100,0%
Outras Despesas Operacionais	(3.445)	(1.833)	(3.458)	87,9%	-0,4%
Total	(55.659)	(29.062)	(20.792)	91,5%	167,7%
Outras Receitas/Despesas Operacionais, Líquida	241.213	226.393	222.271	6,5%	8,5%

No ano de 2023, o resultado da rubrica de Outras Receitas Operacionais deduzidas de Outras Despesas Operacionais foi positivo no montante de de R\$ 241,2 milhões (R\$ 226,4 milhões em 2022 e R\$ 222,3 milhões em 2021), aumento de 6,5% e 8,5% em relação aos exercícios de 2022 e 2021, respectivamente. As principais variações ocorreram nas seguintes rubricas:

i) Subvenções Orçamentárias Recebidas: A partir de 1 de janeiro de 2020, a Telebras passou a ser classificada como uma Empresa Estatal Dependente, e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios e investimentos. Os recursos recebidos para pagamento de pessoal e outros custeios são reconhecidos no resultado da Companhia com base no CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais, os recursos de investimento são contabilizados no passivo exigível (não circulante) como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (AFAC). Em 2023, a Telebras reconheceu o montante de R\$ 240,2 milhões no resultado da Companhia (R\$ 241,5 milhões em 2022 e R\$ 216,6 em 2021).

ii) Superávit de Previdência Privada: Trata-se do reconhecimento do superávit relativo aos planos PBS-A e PBS-Telebras distribuídos pela Sistel no exercício de 2023 e que serão recebidos pela Telebras em 36 parcelas mensais.

iii) Ganho na Baixa de Passivos: A redução dos anos de 2023 e 2022 em relação ao ano de 2021 é explicada pelos seguintes eventos ocorridos no exercício de 2021: i) baixa relativa à prescrição dos valores objeto do processo de grupamento de ações realizado no exercício de 2011, devido à prescrição do direito de os acionistas não controladores exercerem o direito de reclamar tais valores. O valor baixado foi de R\$ 13,1 milhões; ii) baixa de valores relativos a fornecedores em função da conciliação de valores, esta baixa foi de R\$ 0,8 milhão; e iii) baixa de R\$ 1,3 milhão relativo a valores de passivo de tributos realizada durante o processo de conciliação de contas

iv) Multas sobre Contas a Receber – Contratos: No ano de 2023, a Companhia reconheceu no resultado do período o valor relativo às multas aplicadas pela Dataprev sobre o contrato de prestação de serviços em decorrência de penalidades aplicadas na execução dos serviços. A Telebras vinha mantendo conversações com a Dataprev, no sentido de reverter tais penalidades, mas não obteve sucesso. O montante dessas multas foi de R\$ 39,4 milhões.

v) Baixa de Ativos por Perdas – Tributos: Representa o valor baixado dos créditos de tributos, principalmente, o ICMS, por impossibilidade de recuperabilidade.

vi) Baixa de Bens do Ativo Imobilizado: A redução de 97,7% é explicada pelo maior volume de baixas realizadas no ano de 2022 devido ao resultado do inventário dos bens da Telebras concluído naquele período.

6. Resultado Financeiro

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Receitas Financeiras					
Juros sobre Aplicação Financeira (i)	155.382	108.348	24.877	43,4%	524,6%
Juros sobre Tributos	12.221	8.743	6.460	39,8%	89,2%
Juros sobre Depósitos Judiciais	4.142	3.467	2.616	19,5%	58,3%
Juros sobre Superavit Previdência Privada (ii)	1.439	4.132	17.374	-65,2%	-91,7%
Outras Receitas	294	349	720	-15,8%	-59,2%
Tributos sobre Receitas Financeiras	(7.840)	(5.667)	(2.580)	38,3%	203,9%
Total	165.638	119.372	49.467	38,8%	234,8%
Despesas Financeiras					
Juros sobre Adiantamento para Futuro Aumento de Capital (iii)	(198.416)	(185.767)	(69.344)	6,8%	186,1%
Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais (iv)	(13.678)	(18.483)	(25.904)	-26,0%	-47,2%
Juros/VM s/ Prov. p/ Riscos Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	(6.775)	(7.544)	(8.847)	-10,2%	-23,4%
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	(5.474)	(6.707)	(6.538)	-18,4%	-16,3%
Outras Despesas	(1.245)	(1.019)	(1.116)	22,2%	11,6%
Total	(225.588)	(219.520)	(111.749)	2,8%	101,9%
Resultado Financeiro	(59.950)	(100.148)	(62.282)	-40,1%	-3,7%

No exercício de 2023, o resultado financeiro foi negativo no valor de R\$ 60,0 milhões (R\$ 100,1 milhões em 2022 e R\$ 62,3 milhões em 2021), redução de 40,1% na comparação com o ano de 2022 e de 3,7% em relação ao ano de 2021. As principais rubricas do resultado financeiro apresentaram os seguintes comportamentos:

i) Juros sobre Aplicações Financeiras: O comportamento é reflexo da rentabilidade dos fundos nos exercícios apresentados e pelo aumento de recursos disponíveis para aplicações.

ii) Juros sobre Superávit – Previdência Privada: A rubrica apresentou redução de 65,2% e 91,7% na comparação entre o ano de 2023 e os anos 2022 e 2021, respectivamente. A diminuição é explicada pela redução do saldo a receber em razão dos recebimento das parcelas mensais pagas pela administradora dos planos (SISTEL).

iii) Juros sobre Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital: O aumento de 6,8% e 186,1% na comparação entre o ano de 2023 e os anos de 2022 e 2021 é explicado basicamente pela variação da taxa SELIC sobre os aportes recebidos do controlador (a União).

iv) **Juros e Variação Monetária de Acordos Judiciais:** A redução de 26,0% e 47,2%, respectivamente, em relação aos anos de 2022 e 2021, é explicada pela amortização da dívida e pela queda dos níveis inflacionários entre os períodos comparados. Os credores dessa dívida são a FUNCEF e a PREV.

7. Prejuízo Líquido do Exercício Ajustado

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.357)	(168.459)	(163.013)	-24,4%	-21,9%
Ajuste de Eventos Não Recorrentes:					
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	-	(6.933)	-	-100,0%
(-) Superávit de Previdência Privada	(33.912)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	3.137	-	-	100,0%	100,0%
(-) Ganho na Baixa de Passivo	(417)	(474)	(15.501)	-12,0%	-97,3%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	383	16.643	-	-97,7%	100,0%
(+) Baixa de Ativos - Tributos	7.183	-	13.488	100,0%	-46,7%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	39.352	-	-	100,0%	100,0%
Prejuízo do Exercício Ajustado	(111.631)	(152.290)	(171.959)	-26,7%	-35,1%
Margem Líquida	-26,8%	-43,8%	-60,2%	-38,9%	-55,5%
Prejuízo por Ação (R\$)	-1,2923	-1,7629	-2,5338	-26,7%	-49,0%

Em 2023, a Companhia teve um Prejuízo Líquido Ajustado de R\$ 111,6 milhões (R\$ 152,3 milhões em 2022 e R\$ 172,0 milhões em 2021), redução de 26,7% e 49,0%, respectivamente.

8. EBITDA/LAJIDA

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.357)	(168.459)	(163.013)	-24,4%	-21,9%
(+/-) Resultado Financeiro	59.950	100.148	59.891	-40,1%	0,1%
(+) Depreciação e Amortização	253.540	242.087	254.336	4,7%	-0,3%
EBITDA	186.133	173.776	151.214	7,1%	23,1%
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(417)	(474)	(15.501)	-12,0%	-97,3%
(-) Superávit de Previdência Privada	(33.912)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	3.137	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	383	16.643	-	-97,7%	100,0%
(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	-	(6.933)	0,0%	-100,0%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.175)	(5.006)	(4.443)	3,4%	16,5%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.034)	(939)	(755)	10,1%	37,0%
(+) Baixa de Créditos Tributários	7.183	-	13.488	100,0%	-46,7%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	39.352	-	-	100,0%	100,0%
(+) Equivalência Patrimonial	2.254	6.500	6.273	-65,3%	-64,1%
EBITDA Ajustado	197.904	190.500	143.343	3,9%	38,1%
Margem EBITDA	44,7%	50,0%	52,9%	-10,6%	-15,6%
Margem EBITDA Ajustado	47,5%	54,8%	50,2%	-13,3%	-5,4%

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No exercício de 2023, o EBITDA Ajustado da Telebras foi positivo no valor de R\$ 197,9 milhões (R\$ 190,5 milhões em 2022 e R\$ 143,3 milhões em 2021). O crescimento foi de 3,9% e 38,1%, respectivamente, entre os anos comparados. A justificativa para esse aumento foram os seguintes eventos: incremento da Receita Operacional Líquida (19,8% e 45,9% em relação aos anos de 2022 e 2021, respectivamente); ii) recebimento/reconhecimento de Subvenções do Orçamento Federal para pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios; e iii) aumento dos Custos e Despesas Operacionais em 19,2,2% e 34,9%, em relação aos anos de 2022 e 2021, com percentuais inferiores ao crescimento da receita nos mesmos períodos.

A Margem EBITDA Ajustada em 2023 foi de 47,5% (54,8% em 2022 e 50,2% em 2021), aumento de 0,2% e 9,4%, respectivamente.

Desconsiderando o efeito das Subvenções Orçamentárias Recebidas (R\$ 240,2 milhões em 2023 – R\$ 241,5 milhões em 2022 e R\$ 216,5 milhões em 2021) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo em 2023 de R\$ 42,3 milhões (R\$ 51,0 milhões negativo em 2022 e R\$ 73,2 milhões em 2021), e uma Margem EBITDA Ajustada de -10,7%, -14,7% e -25,6%, respectivamente

2.3. Os diretores devem comentar:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2

Reclassificação dos Recursos Orçamentários Recebidos para Investimento (Aplicação no Ativo Imobilizado) e Reapresentação das Demonstrações Contábeis dos Exercícios de 2020, 2021 e 2022.

Em fato relevante divulgado em 18 de dezembro de 2019 (Aprovação do Projeto de Lei do Orçamento anual 2020 pelo Congresso Nacional), a Telecomunicações Brasileiras S.A. (“Telebras” ou “Companhia”) (B3: TELB3 & TELB4) informou ao mercado que passaria à condição de empresa estatal dependente do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).

Em 2020, em observância à Lei Orçamentária Anual, às Leis números 4.320/64, 6.404/76, 13.303/16, a companhia informou ao Acionista Controlador, sem que houvesse contraposição, que, na condição de empresa estatal dependente, contabilizaria os recursos orçamentários recebidos como Outras Receitas Operacionais, nos termos da Norma nº 07 do Comitê de pronunciamentos Contábeis (CPC 07).

Assim, em novo Fato Relevante publicado em 25 de maio de 2020, a Telebras comunicou ao mercado que os recursos recebidos na forma de subvenções orçamentárias seriam reconhecidos de acordo com a norma contábil CPC 07, ou sejam, no resultado da Companhia, como Outras Receitas Operacionais.

Todavia, no ano de 2023, a União, na qualidade de Acionista Controlador, por meio do parecer da Secretaria de Tesouro Nacional que aprovou as Demonstrações Contábeis referente ao exercício social de 2022, recomendou, para fins de adequação da contabilidade societária e garantir maior precisão na caracterização dos repasses, que a Companhia passasse a reconhecer os recursos orçamentários transferidos para fins de investimentos (transferências de capital – ativo imobilizado) como Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital – AFAC. A alteração resultará em uma informação mais confiável e mais relevante nas demonstrações contábeis, uma vez que, esta forma de reconhecimento apresenta de forma mais adequada a essência da operação para a Companhia.

Em decorrência dos eventos acima relatados e após análise da Administração, esta decidiu por alterar a política contábil relativa aos recebimentos dos recursos orçamentários destinados à aplicação no pagamento de bens do ativo imobilizado (Subvenções para Investimento), que até o terceiro trimestre de 2023 vinham sendo reconhecidos no resultado da Telebras. Tais recebimentos passaram então a ser reconhecidos como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital no “Passivo Exigível”. As

demais transferências correntes para o pagamento de pessoal e outros custeios, continuarão sendo classificadas como “Outras Receitas Operacionais”.

Considerando o exposto e a recomendação de modificação da política contábil anteriormente adotada, a Companhia informa que fará a reapresentação retrospectiva das demonstrações financeiras dos exercícios de 2020, 2021 e 2022 nas Demonstrações Contábeis do encerramento de 2023, conforme determina o CPC 23, que trata de Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, de forma a atender as Características qualitativas da informação contábil financeira útil e o melhor entendimento das operações da Companhia.

O impacto financeiro da reapresentação das demonstrações contábeis, que afetarão o passivo exigível não circulante e o patrimônio líquido está apresentado no quadro a seguir.

Rubricas do Balanço Patrimonial	Recursos Orçamentários Recebidos e Aplicados no Ativo Imobilizado	Juros sobre Recursos Recebidos (Atualizado pela SELIC)	Total
Passivo Exigível Não Circulante e Patrimônio Líquido	95.550	12.745	108.295

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Ênfases – Exercício 2023

Reapresentação dos valores correspondentes do exercício social de 2022

Conforme mencionado na nota nº 3, os valores relativos ao balanço patrimonial e as informações contábeis correspondentes à demonstração do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentados para fins de comparação, estão sendo reapresentados, como previsto no CPC 23 (IAS 08) – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e no CPC 26 (IAS 01) – Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada à adequação da reapresentação de exercícios anteriores.

Subvenção para Investimento – Reconhecimento Contábil Direto como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital

A partir de 2020, a Companhia passou a ser classificada como uma empresa Estatal Dependente e, dessa forma, passou a receber recursos orçamentários para o pagamento dos gastos com pessoal e outros custeios. E esses recursos foram reconhecidos nos exatos termos da CPC 07 – Subvenções e Assistência Governamentais. Contudo, entendendo que a Companhia deveria observar ditames da macro função 021122, item 2.3 – Repasses de recursos para as empresas estatais, e sob interpretação de Parecer emitido pela Secretaria do Tesouro Nacional, foi tomada a decisão de reapresentação das demonstrações contábeis dos exercícios de 2020 a 2022, passando a registrar como Adiantamento para Futuro Aumento de Capital, no Passivo Não Circulante, a parte destes recursos recebidos como Subvenção para Investimentos, adequando suas demonstrações contábeis às práticas contábeis do controlador, embora os ajustes pudessem ser feitos diretamente pelo investidor (CPC 18 e CPC 36), bem como tendo como justificativa a aplicação do princípio da Primazia da Essência sobre a Forma (CPC 00), haja vista que recursos deste gênero certamente terão como destino o futuro aumento de capital.

Investimentos

Conforme mencionado na nota explicativa nº 13, a Companhia participa do capital social da coligada Visiona Tecnologia Espacial S/A com 49%. As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2023 desta coligada foram examinadas por outros auditores independentes. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP

Conforme mencionado na nota explicativa nº 17, a Companhia mantém registrado na rubrica “Programa de Indenização por Serviços Prestados – PISP”, no Passivo Circulante e Não Circulante em 31 de dezembro de 2023, o valor de R\$ 1.766 mil e de R\$ 21.910 mil, respectivamente, apurado a partir da definição do universo dos colaboradores que fazem jus à indenização decorrente do Programa. Nossa conclusão não contém modificação em função deste assunto.

Recursos Capitalizáveis

Conforme mencionado na nota explicativa nº 23, a Companhia mantém registrado na rubrica “Recursos Capitalizáveis”, saldo de R\$ 1.740.318 mil em 31 de dezembro de 2023. Esse valor é decorrente de Adiantamento para Futuro Aumento de Capital – AFAC, concedido pela União, o qual é corrigido pela taxa Selic e será utilizado em futuro aumento de capital em favor da União.

Inclusão nos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União

Conforme nota explicativa nº 1.2 a Companhia foi declarada dependente do orçamento fiscal e da Seguridade Social, conforme sanção da Lei nº13.978 de 17 de janeiro de 2020 (Lei Orçamentaria Anual - LOA).

2.4. Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

- a. introdução ou alienação de segmento operacional
Não houve.
- b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária
Não houve.
- c. eventos ou operações não usuais
Não houve.

2.5. Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

- a. informar o valor das medições não contábeis

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
EBITDA	186.133	173.776	151.214	7,1%	23,1%
EBITDA Ajustado	197.904	190.500	143.343	3,9%	38,1%
Margem EBITDA	44,70%	50,00%	52,90%	-10,6%	-15,6%
Margem EBITDA Ajustado	47,50%	54,80%	50,20%	-13,3%	-5,4%

- b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

R\$ mil	2023	2022	2021	Δ 2023 X 2022	Δ 2023 X 2021
Prejuízo Líquido do Exercício	(127.357)	(168.459)	(163.013)	-24,4%	-21,9%
(+/-) Resultado Financeiro	59.950	100.148	59.891	-40,1%	0,1%
(+) Depreciação e Amortização	253.540	242.087	254.336	4,7%	-0,3%
EBITDA	186.133	173.776	151.214	7,1%	23,1%
Ajustes:					
(-) Ganho na Baixa de Passivos	(417)	(474)	(15.501)	-12,0%	-97,3%
(-) Superávit de Previdência Privada	(33.912)	-	-	100,0%	100,0%
(+) Tributos sobre Superávit de Previdência Privada	3.137	-	-	100,0%	100,0%
(+) Baixa de Ativo Imobilizado	383	16.643	-	-97,7%	100,0%

(-) Exclusão do ICMS na BC do PIS e COFINS	-	-	(6.933)	0,0%	-100,0%
(-) Depreciação - CPC 6(R2) / IFRS 16	(5.175)	(5.006)	(4.443)	3,4%	16,5%
(-) Despesas Financeiras - CPC 6(R2) / IFRS 16	(1.034)	(939)	(755)	10,1%	37,0%
(+) Baixa de Créditos Tributários	7.183	-	13.488	100,0%	-46,7%
(+) Multas Contratuais - Dataprev	39.352	-	-	100,0%	100,0%
(+) Equivalência Patrimonial	2.254	6.500	6.273	-65,3%	-64,1%
EBITDA Ajustado	197.904	190.500	143.343	3,9%	38,1%
Margem EBITDA	44,7%	50,0%	52,9%	-10,6%	-15,6%
Margem EBITDA Ajustado	47,5%	54,8%	50,2%	-13,3%	-5,4%

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

O EBITDA não é uma medida definida pelas práticas contábeis internacionais (IFRS) e representa o lucro / (prejuízo) antes do pagamento de juros, imposto de renda e contribuição social, depreciação e amortização. A Companhia divulga seu EBITDA Ajustado, conforme Instrução CVM N° 527, de 4 de outubro de 2012, e estes ajustes incluem a adição/exclusão do Resultado de Equivalência Patrimonial, da Depreciação e das Despesas Financeiras originadas das alterações do CPC 6(R2) / IFRS 16 – Operações de Arrendamento Mercantil e Outros Eventos não Recorrentes que possam vir a ocorrer no curso dos negócios da Companhia, para proporcionar melhores informações sobre sua capacidade de pagamento de dívidas, manutenção de seus investimentos e possibilidade de cobertura de suas necessidades de capital de giro. Ambas as medidas desse agregado (EBITDA e EBITDA Ajustado) não devem ser consideradas como alternativas ao Lucro Operacional e ao Fluxo de Caixa Operacional, quando utilizados como indicador de liquidez. Destaca-se ainda que o EBITDA Ajustado pode não ser comparável com o mesmo indicador divulgado por outras empresas.

No exercício de 2023, o EBITDA Ajustado da Telebras foi positivo no valor de R\$ 197,9 milhões (R\$ 190,5 milhões em 2022 e R\$ 143,3 milhões em 2021). O crescimento foi de 3,9% e 38,1%, respectivamente, entre os anos comparados. A justificativa para esse aumento foram os seguintes eventos: incremento da Receita Operacional Líquida (19,8% e 45,9% em relação aos anos de 2022 e 2021, respectivamente); ii) recebimento/reconhecimento de Subvenções do Orçamento Federal para pagamento dos gastos com pessoal, outros custeios; e iii) aumento dos Custos e Despesas Operacionais em 19,2,2% e 34,9%, em relação aos anos de 2022 e 2021, com percentuais inferiores ao crescimento da receita nos mesmos períodos.

A Margem EBITDA Ajustada em 2023 foi de 47,5% (54,8% em 2022 e 50,2% em 2021), aumento de 0,2% e 9,4%, respectivamente.

Desconsiderando o efeito das Subvenções Orçamentárias Recebidas (R\$ 240,2 milhões em 2023 – R\$ 241,5 milhões em 2022 e R\$ 216,5 milhões em 2021) do cálculo do EBITDA Ajustado, teríamos um EBITDA negativo em 2023 de R\$ 42,3 milhões (R\$ 51,0 milhões negativo em 2022 e R\$ 73,2 milhões em 2021), e uma Margem EBITDA Ajustada de -10,7%, -14,7% e -25,6%, respectivamente.

2.6. Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Não houve.

2.7. Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros

As regras para a retenção de lucros são estabelecidas de acordo com o que prescreve a Lei 6.404/76.

b. regras sobre distribuição de dividendos

Os dividendos são calculados ao final do exercício social, de acordo com o estatuto da Companhia e em consonância com a Lei das Sociedades por Ações.

Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados de acordo com o art. 202 da Lei nº 6.404/1976, e os preferenciais ou prioritários em conformidade com o estabelecido no estatuto da Companhia.

As ações preferenciais não têm direito a voto, sendo a elas assegurada prioridade no reembolso de capital e no pagamento de dividendos mínimos não cumulativos, de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o valor resultante da divisão do capital subscrito pelo número total de ações da Telebras.

Os dividendos serão pagos prioritariamente às ações preferenciais até o limite da preferência, sendo, a seguir, pagos aos titulares de ações ordinárias até o mesmo limite das ações preferencias. Se houver saldo, o mesmo será rateado por todas as ações em igualdade de condições.

Os valores dos dividendos e dos juros, a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos ao Tesouro Nacional e aos demais acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros equivalentes à Taxa Selic, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Por deliberação dos órgãos da Administração, a Companhia poderá pagar ou creditar, a título de dividendos, juros sobre o capital próprio nos termos do art. 9º, parágrafo 7º, da Lei nº 9.249/1995. Os juros pagos ou creditados serão compensados com o valor do dividendo anual mínimo obrigatório, de acordo com o art. 88 §1º do estatuto social.

c. periodicidade das distribuições de dividendos

A Telebras pratica a política de distribuição anual de dividendos, conforme previsto em seu estatuto social. Contudo, o estatuto contempla também a possibilidade de antecipação de pagamento de dividendos ou de juros sobre o capital próprio, em proposta a ser enviada ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral.

Quando da antecipação, o estatuto estabelece que os valores sejam corrigidos com base na variação da Taxa SELIC até a época de distribuição anual de dividendos, ocasião em que serão descontados dos valores a pagar aos acionistas.

Em decorrência de não haver reservas no patrimônio líquido da Companhia – e a existência de prejuízos acumulados, a Telebras não realizou distribuição de dividendos nos 3 (três) últimos exercícios

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais

Não houve restrições à distribuição de dividendos nos 3 últimos anos, impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável o emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

A Telebras adota Política de Distribuição de Dividendos com a finalidade de estabelecer as diretrizes para a destinação dos lucros da Companhia. A referida Política foi aprovada pela Diretoria Executiva, em sua 1380ª REDIR, de 20.02.2018, e pelo Conselho de Administração na data de 22.02.2018.

A Política de Distribuição de Dividendos da Telebras está disponível para consulta no site <https://www.telebras.com.br/transparencia/politica-de-dividendos/>

2.8. Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

- a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:**
 - i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos**
 - ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**
 - iii. contratos de construção não terminada**
 - v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

A Telebras realizou baixa de sua carteira de clientes, conforme normas internas e legislação vigente. Esses valores apesar de baixados do balanço patrimonial encontra-se controlados pela Companhia e em processo de cobrança administrativa e judicial. Em caso de sucesso na cobrança os valores recebidos são reconhecidos como receita. No exercício de 2023 o valor total baixado foi de R\$ 1,6 milhão.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

Os processos judiciais que constituem obrigações presentes, cuja saída de recursos não é provável ou que não possa ser feita uma estimativa suficientemente confiável do valor, bem como aqueles que não constituem obrigações presentes, não são reconhecidos, mas divulgados, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos. Os passivos contingentes estimados para os processos judiciais em 31 de dezembro de 2023, 2022 e 2021, para os quais a probabilidade de perda é considerada possível, são apresentados a seguir:

Natureza:	2023	2022	2021
Cível	100.031	95.555	87.493
Tributária	25.348	24.003	23.010
Trabalhista	769	562	1.445
Total	126.148	120.120	111.948

Natureza das ações judiciais

Os detalhes sobre as principais provisões para riscos possíveis (passivos contingentes), de acordo com a natureza das ações, são como segue, sendo esta a melhor expectativa dos desembolsos futuros para estes processos:

Natureza/Objeto das Ações:	2023	2022	2021
Cíveis			
VPA'S nas Capitalizações por Contratos de Participação Financeira-PF (Autofinanciamento)	6.460	10.630	10.142
Ilegalidade na Venda de Ações	5.102	4.735	4.687
Processo de Cisão Sistema Telebras (i)	39.085	34.812	30.186
Outros Processos (ii)	49.384	45.378	42.478
Total	100.031	95.555	87.493
Trabalhistas			
Responsabilidade Subsidiária	154	140	224
Progressão Salarial	0	0	62
Anistia	0	0	0
Outros Processos	615	422	1.159
Total	769	562	1.445
Tributárias			
Isenção de Imposto de Importação e IPI (iii)	23.068	22.432	21.856
Cobrança de Tributos Receita Federal (RFB)	49	49	49
Diversas Origens	2.231	1.522	1.105
Total	25.348	24.003	23.010
Total Geral	126.148	120.120	111.948

Situação dos principais processos:

i) Processo de cisão Sistema Telebras

A origem desse litígio ocorreu quando do processo de cisão do Sistema Telebras. Naquele processo, os valores relativos aos depósitos judiciais registrados como ativos foram destinados à Telesp (atual Telefônica) na cisão dos ativos e passivos mediante certas condições. Durante os anos de 1998 a 2008 esses depósitos foram revertidos (creditados) em favor da Telebras, devido ao fato de esta ter permanecido com a titularidade das contas. Essa controvérsia é objeto de debate em três processos distintos.

A Companhia, através da opinião dos seus advogados, reconhece que o risco de perda para esses processos é possível, assim, tal valor não está reconhecido na contabilidade da Telebras. O motivo para a classificação como possível deve-se ao fato de que a Companhia obteve decisão favorável em duas instâncias, incluindo sentenças de primeiro grau proferidas por juízes do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios, em 2019.

Ainda, no ano de 2019, a sentença proferida pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios foi anulada, mas em função de vício de índole processual apenas. A matéria estava sob apreciação do Superior Tribunal de Justiça, em sede de agravo interno, que teve provimento negado pelo Superior Tribunal de Justiça. O processo retornará para o juízo de origem para produção de prova pericial e proferimento de nova sentença.

Quanto aos processos originários do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, os andamentos são diversos.

Para um deles, o Superior Tribunal de Justiça determinou o retorno dos autos ao primeiro grau de jurisdição, a fim de que reaprecie o termo inicial da prescrição, mantendo a incidência do prazo trienal. Haverá novo julgamento apenas para apreciação do termo inicial da contagem.

Para o outro litígio, a Telebras interpôs recurso especial, o qual foi parcialmente provido, para restabelecer a sentença, favorável à tese da prescrição trienal arguida pela Telebras. A Telefônica interpôs agravo interno em recurso especial, o qual teve provimento negado e, na sequência, embargos de divergência, que aguardam julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça.

ii) Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI

Refere-se à anulação da forma de apuração dos dividendos das ações preferenciais determinada na Assembleia Geral Ordinária, de 27 de abril de 1995, para distribuição de acordo com o Parecer CVM Orientação nº 16/88. O valor devido a título de dividendos foi objeto de acordo homologado judicialmente, em que a Telebras impugnou o remanescente. Ratifica-se a classificação da expectativa de êxito do valor controverso como possível, dadas as inconsistências existentes no cálculo apresentado pela Previ. Atualmente, a Telebras busca o reconhecimento pela perícia judicial da metodologia de cálculo por ela utilizada. A perícia não foi concluída; logo, ainda não há decisão judicial a respeito do valor controverso.

iii) Isenção de Imposto de Importação e IPI

Trata-se de autuação fiscal impondo obrigação tributária solidária à Telebras e ao Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações (Fundação CPQD) de pagar tributos (imposto de importação e IPI respectivo) incidentes sobre esses bens importados à época em que a Fundação CPQD era órgão interno da Telebras.

Situação atual: Há recurso pendente de julgamento no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) que impede a exigibilidade dos tributos. A autuação fiscal considerou que a Telebras transferiu, em desacordo com a legislação tributária, à Fundação CPQD bens que foram importados com isenção

de II e IPI, quando a Fundação deixou de ser órgão interno da *holding* Telebras e foi constituída como pessoa jurídica com personalidade jurídica própria. Para a autoridade fazendária, a transferência desses bens em desacordo com a legislação tributária impõe a exigência de tributos que, no momento da importação, eram acobertados por isenção.

Decisão do STF – Eficácia da Coisa Julgada em Matéria Tributária

Em 08 de fevereiro de 2023, o Supremo Tribunal Federal no Brasil concluiu o julgamento relativos aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada. Com relação ao tema, a Companhia não é parte em nenhum processo em decorrência do qual um tributo não esteja sendo recolhido em razão de decisão passada transitada em julgado, portanto, a Companhia não terá nenhum ajuste material de provisão em função das decisões proferidas no dia 08 de fevereiro de 2023.

2.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

O efeito das provisões para riscos possíveis apresentados no item 10.6, poderá vir a afetar as demonstrações contábeis da Telebras caso ocorra a alteração de probabilidade de risco de a Companhia vir a ter uma decisão desfavorável no litígio com terceiros.

Neste caso, a Companhia deverá reconhecer uma provisão (passivo) no seu balanço patrimonial em contrapartida de uma despesa no resultado do exercício.

b. natureza e o propósito da operação

Provisão para riscos possíveis (passivo contingente)

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais referente a questionamento de terceiros nos tribunais. No caso em comento, a Companhia divulga, mas não reconhece esse passivo em função do atendimento ao normativo contábil CPC 25 Provisões, Passivos Contingentes e Ativo Contingentes, emitido pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

O propósito da operação é dar ciência aos usuários das informações de que existe a possibilidade de vir a ocorrer uma mudança na opinião dos consultores jurídicos da Telebras sobre esses litígios (passando de uma probabilidade de perda avaliada como de risco possível para provável), e essa alteração faça com que um determinado valor não reconhecido nas peças contábeis da Companhia, possam vir a afetar sua posição financeira e econômica.

c. natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação

A natureza da operação se refere litígios judiciais de ordem trabalhistas, cíveis e fiscais. O montante é de R\$ 126,1 milhões no exercício de 2023 (R\$ 120,1 milhões em 2022 – R\$ 111,9 milhões em 2021).

2.10. Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

- i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**
- ii. fontes de financiamento dos investimentos**

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Dentre os desafios constantes do Plano de Negócios da Companhia, destaca-se a busca de melhoria de resultados com o objetivo de alcançar a sustentabilidade econômico-financeira que a permita retornar à condição de estatal não-dependente nos próximos anos sem perder o foco de sua função estatal de atendimento as políticas públicas de telecomunicações.

O Plano de Negócios contempla a realização de negócios nos quais a Telebras já está inserida, destacando-se a disponibilização de conexão de alta velocidade para órgãos públicos, para provedores de internet e conexão de internet via satélite para escolas, unidades básicas de saúde e outros órgãos beneficiados pelo programa GESAC.

Para o exercício de 2024, a Lei Orçamentária (LOA 2024) prevê investimentos da ordem de 53,38 milhões para as ações orçamentárias 21C8 – Operação da infraestrutura da rede de serviço de comunicação, 15UI – Implantação da Infraestrutura para a Prestação de Serviço de Comunicação de Dados (PNBL) e 2000 – Administração da Unidade.

Ação	Descrição	2024
2000	Administracao da Unidade	4,18
21C8	Operação da Infraestrutura da Rede de Serviço de Comunicação	-
15UI	Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dado	49,20
	Implantação de Infraestrutura de Rede de Comunicação de Dados	48,80
	Rede Móvel Privativa de Comunicação da Administração Pública Federal	-
	Implantação de Serviço e Infraestrutura de Comunicação Segura do Estado	0,32
	Desenvolvimento e Inovação de Produtos e Soluções de Telecomunicações na Telebras	0,08
	TOTAL	53,38

Os investimentos serão financiados com recursos do orçamento público ou da própria Companhia conforme disponibilidade financeira-orçamentária. Cabe esclarecer que o orçamento da Companhia, integrante do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS) pode sofrer restrições ou acréscimos em função de alterações na LOA.

Não há desinvestimentos relevantes previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor

Não há, até o presente momento, previsão de aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que devam influenciar a capacidade produtiva do emissor.

c. novos produtos e serviços, indicando:

- i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**
- ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**
- iii. projetos em desenvolvimento já divulgados**
- iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

A Telebras tem trabalhado para expandir seu portfólio, agregando serviços de valor adicionado à camada de conectividade desde o ano passado. Neste sentido, no uso de suas atribuições, consoante o disposto pela Lei no 5.792, de 11 de julho de 1972, e na Lei Geral de

Telecomunicações no 9472, de 16 de julho de 1997, artigo 2º, inciso II, e o Art. 79 de seu Regulamento de Licitações e Contratos a empresa colocou em consulta pública as solicitações de informações de potenciais fornecedores e players de mercado, visando a contratação de empresas especializadas para fornecer soluções integradas de Imageamento; Backup as a Service (BaaS) e Edge Computing.

Considerando a fase preliminar em que se encontram os referidos estudos, a empresa ainda não dispõe de projeções de investimentos necessários, nem tampouco realizou quaisquer investimentos no desenvolvimento dos produtos.

Os produtos atualmente comercializados pela Companhia, bem como as consultas públicas supramencionadas, podem ser encontrados no site da Companhia: <https://www.telebras.com.br/>

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG

A Telebras, em sua Política Ambiental, Social e de Governança (ESG) incentiva posturas, comportamentos e ações que promovam o bem-estar dos seus públicos interno e externo e, entre outros, tem como princípios sociais:

Respeitar e promover os direitos humanos em suas ações, decisões e práticas e adotar mecanismos permanentes para identificar e monitorar atuais ou potenciais resultantes de suas atividades, servindo como base para decisões decorrentes; a aceleração do desenvolvimento econômico e social; a promoção da inclusão digital; e a redução das desigualdades sociais e regionais.

Para garantir a observação efetiva desses princípios, a empresa tem canais de denúncia internos e externos para garantir que qualquer violação seja relatada e investigada de maneira adequada. A Ouvidoria da Telebras está integrada ao sistema eletrônico Fala.BR, vinculado à Controladoria Geral da União.

Outros aspectos relevantes já promovidos pela Telebras são:

- Participação no Programa Empresa Cidadã, que se destina a prorrogar por sessenta dias a duração da licença maternidade e por quinze dias, além dos cinco já estabelecidos, a duração da licença paternidade.
- Regulamentação do regime híbrido de trabalho, por meio de diretriz, com a intenção de proteger a saúde e segurança de seus colaboradores, melhorar sua qualidade de vida e reduzir o impacto ambiental dos deslocamentos casa-escritório-casa.
- Fornecimento de ponto de internet Wi-Fi Brasil à população sem alternativas de acesso à rede de computadores, ampliando as opções de comunicação e assegurando o acesso a diversos serviços públicos digitais.
- Atuação em situações de emergência, com provimento de conexão à internet, essenciais ao socorro e assistência aos atingidos, tais como em Brumadinho, enchentes e deslizamentos em Petrópolis, atendimento aos Yanomamis, entre outros.

A Empresa desenvolve e incentiva iniciativas para promover e proteger os direitos humanos em suas operações. Além de estar comprometida com o avanço de suas políticas e na busca de práticas robustas, implementadas de maneira eficaz e monitoradas regularmente para garantir o cumprimento dos dispositivos regulatórios.

Em relação à sustentabilidade ambiental, a empresa já implementou ações como o Data Center Verde, o descarte de baterias de acordo com normas ambientais, a redução do consumo de energia, a remoção de copos descartáveis e a redução do consumo de papel. Estão em andamento projetos de descarte correto de eletrônicos e de soluções de geração de energia sustentável.

Todas as questões relacionadas a este item estão incorporadas no orçamento da Telebras para a realização de sua operação.

2.11. Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção

Nada a acrescentar.

FREDERICO DE SIQUEIRA FILHO
Presidente

NAURO LUIZ SCHEUFLER
Diretor Técnico-Operacional

TATIANA RÚBIA MELO MIRANDA
Diretora Administrativo-Financeira e
Relações com Investidores

LEVI PEREIRA FIGUEIREDO NETO
Diretoria Comercial

WALLYSON LEMOS DOS REIS OLIVEIRA
Diretoria de Governança